



Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE**

CENTRO DE HUMANIDADES

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

ANTONIO CARLOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
DE TRABALHADORES (AS) RURAIS NO
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO
ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Campina Grande / PB

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

ANTONIO CARLOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL
DE TRABALHADORES (AS) RURAIS NO
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO
ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Monografia apresentada ao Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Olívio Alberto
Teixeira

Campina Grande / PB

2007



S237p Santos, Antonio Carlos.
Participação do movimento sindical de trabalhadores(as) rurais no desenvolvimento territorial do Alto Sertão Sergipano. / Antonio Carlos Santos. - 2007.

89 f.

Orientador: Professor Dr. Olívio Alberto Teixeira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Território do Alto Sertão Sergipano. 3. Territorialidade. 4. Identidade territorial. 5. Desenvolvimento territorial. 6. Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. 7. Sociologia rural. 8. Agricultores familiares. 8. Sindicalismo rural. I. Título. II. Teixeira, Olívio Alberto.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

ANTONIO CARLOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL DE
TRABALHADORES (AS) RURAIS NO DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL DO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

Esta Monografia foi julgada em 21 / 11 / 2007 para a obtenção do título de Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável, e aprovada na sua forma final pelo Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira – UFS/Cedrus

Orientador

Prof. Dr.. Paulo César Diniz - UFS

Examinador

Prof. M.Sc. Paulo Candido da Silva – UEAL

Examinador

Dedico com muito carinho ao Mestre dos
Mestre, o criador de todos os seres; os
Meus familiares, em especial a Minha Filha
Carla Nalanda e Minha Esposa Ana Cristina
a todos os educadores/as Que contribuíram
para a concretização Desse sonho. Deixo aqui
registrado o meu
Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela coragem; aos meus pais pela minha existência; aos educadores pelos conhecimentos apreendidos, em especial ao professor Dr. Olívio Teixeira e o tutor Arildes Alves; a minha esposa pelo estímulo e compreensão; a minha filha, agradeço a diretoria e funcionários da FETASE pela cooperação e participação nesse projeto; aos meus irmãos e cunhada e aos meus colegas do ICEFASE pelo estímulo e apoio; ao estagiário Muller Ribeiro que participou deste trabalho de forma direta. Por fim a todos aqueles que participaram da construção desta monografia.

[...] a diferença essencial entre um livro e um
Amigo não é sua maior ou menor sabedoria,
Mas a maneira pela qual a gente se
Comunica com eles; a leitura, ao contrario da
Conservação, consistindo para cada um de
Nós em receber a comunicação de um outro
Pensamento, mas permanecendo sozinho,
Isto é, continuando a desfrutar do poder
Intellectual que se tem na solidão e que a
Conversação dissipa imediatamente,
Continuando a poder ser inspirado, a
Permanecer em pleno trabalho fecundo do
Espírito sobre si mesmo.

MARCEL PROUST

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

CIAT – Comissão de Implementação e Apoio ao Território

CIRAD –

CNTA – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FAO –

FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe

FPM – Fundo de participação do município

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MI – Ministério da Integração

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista do Brasil

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara

PDLS – Programa de Desenvolvimento Local Sustentável

PE – Pernambuco

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RN – Rio Grande do Norte

SAPPP – Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuarista de Pernambuco

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SISCOP – Sistema CONTAG da Organização da Produção

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

VBP – Valor Bruto da Produção

SUMARIO

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I	04
1.1 - Origem do sindicalismo dos trabalhadores no mundo e no Brasil	04
1.2 - Processo de surgimento do sindicalismo rural no Brasil	07
1.3 - As primeiras organizações camponesas	12
a) Ligas Camponesas	13
b) União dos lavradores e trabalhadores agrícolas – ULTAB	13
c) Movimento dos agricultores sem terra – MASTER	14
1.4 - A construção do movimento sindical: a CONTAG e FEDERAÇÃO	16
1.5 - O surgimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Sergipe e a construção da FETASE	22
1.6 - A repressão ao movimento sindical: a estrutura sindical oficial	25
1.7 - A retomada do movimento sindical combativo: a inserção da FETASE nas lutas	28
1.8 - A participação do movimento sindical no território do alto sertão sergipano antes da oficialização da SDT	28
1.9 - Historia e elementos do sindicalismo local	29
a) Porto da Folha	29
b) Canindé do São Francisco	31
c) Poço Redondo	32
d) Monte Alegre de Sergipe	34
e) Gararu	34
f) Nossa Senhora da Gloria	36
CAPITULO II	38
2.1 - Caracterização do Território do Alto Sertão Sergipano	38
CAPITULO III	53
3.1 - Caminhos teóricos metodológicos trilhados na pesquisa	53
a) Sujeitos da pesquisa	53
b) Pesquisa Bibliografia	53
c) Instrumentos e procedimentos	53
d) Análise das informações coletadas	53
CAPITULO IV	55
4.1 - Desenvolvimento territorial no alto sertão sergipano e a participação do movimento sindical	55
4.2 - Abordagem territorial	55

4.3 - Os territórios de identidade	58
4.4 - Desenvolvimento territorial do alto sertão sergipano	60
4.5 - A participação do movimento sindical no território	61
4.6 - A contribuição dos STTR'S como gerador de renda para os municípios do Território	62
4.7 - Desafios do movimento sindical na relação com a estratégia territorial	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	71
ANEXOS	73

LISTA DE TABELAS

Nº ORDEM	TITULO	PÁG.
01	Pessoas residentes e domicílios particulares permanentes, nos municípios do alto sertão sergipano – 1991 e 2000.	41
02	Estabelecimentos e área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo tipos de produtos, nos municípios do alto sertão sergipano – 1995-1996	44
03	Evolução do IDU-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) nos municípios do alto sertão sergipano e no estado de Sergipe – 1991-2000	47
04	Desempenho de indicadores socioeconômicos selecionados no alto sertão sergipano – 1991-2000.	48
05	Comportamento da década d 90 da taxa bruta de freqüência à escola, da taxa de alfabetismo. Da taxa de mortalidade infantil e da renda per capita no alto sertão sergipano.	50
06	Principal produto, em valor bruto da produção, da agropecuária territorial e de sua agricultura familiar – 1995-1996	52
07	Crédito do rural do PRONAF – contratos e montante por ano agrícola	65

LISTA DE QUADROS

01	Evolução da participação territorial no montante de contratos e no volume financiado pelo PRONAF – 2000-2004	64
02	Estrutura de distribuição do volume de empréstimo do PRONAF -2000-2004	65

LISTA DE FIGURAS

01	Mapa dos territórios do estado de Sergipe	02
02	Mapa do território do alto sertão sergipano	38
03	Mapa do índice de desenvolvimento humano municipal, 2000	51

RESUMO

O Desenvolvimento Territorial configura-se numa estratégia adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, e objetiva solucionar os conflitos rurais (econômico, político-social, étnico-cultural e ambiental) via Desenvolvimento Territorial, e que conta com a participação de uma gama de entidades ligadas aos movimentos sociais rurais. O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais/MSTTR deu uma importante contribuição no processo de construção dos territórios, garantindo e apoiando na formulação, planejamento, implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial. No caso do Estado de Sergipe, considerando a implantação do Projeto Dom Helder Câmara/PDHC na região que se configura o território do Alto Sertão, e de arranjos institucionais impulsionados pelos movimentos sociais, na tentativa de dinamizar e potencializar os processos produtivos desenvolvidos pelos assentados e agricultores familiares, a SDT entendeu que esta micro-região havia uma identidade territorial e passou a apoiar e fortalecer as dinâmicas já existentes. Entretanto nesse Território, Alto Sertão sergipano, é real a necessidade de um processo formativo, para que os dirigentes sindicais tenham uma maior conscientização e concepção da importância de participar das discussões nos espaços que os mesmos ocupam, colocando propostas que realmente sejam importantes para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Palavras Chave: Movimento Sindical Rural, Territorialidade, Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT

The Territorial Development is configured by a strategy adopted for the Brazilian Secretariat of Territorial/SDT Development of the Ministry of Public Works and the Agrarian Economy/MDA, and objective to solve the rural conflicts (economic, social-politic, ethnic-cultural and ambient) by the Territorial Development, and that it counts with the participation of a gamma of some entities to the social agricultural movements. The Union Movement of the Rural Workers/MSTTR gave an important contribution in the process of construction of the territories, guaranteeing and supporting in the formularization, planning, implementation and monitoring of public politics towards to the territorial development. In case of State of Sergipe, considering the implantation of Dom Helder Câmara's Project/PDHC in region that is configured the territory of Alto Sertão, and institutional arrangements stimulated by the social movements, in attempt to turn it dynamic and potential the productive processes developed by seated and familiar farmers, the SDT understood that this micron-region had a territorial identity and started to support and to fortify the existing dynamic ones. However in this Territory, Alto Sertão sergipano, is real the necessity of a formative process, so that the Union have a bigger awareness and conception of the importance to participate of discussions in spaces that the same ones occupy, placing proposals that really are important for the improvement of quality of life of rural workers.

Key-Words: Rural Union Movement; Territoriality; Rural Development.

INTRODUÇÃO

Esta monografia apresenta a sistematização do estudo investigação que realizei durante o Curso de especialização de Desenvolvimento Rural Sustentável, que teve como principal objetivo compreender a participação do movimento sindical no território do Alto Sertão Sergipano, considerando o recorte temporal do período de 1990 até os dias atuais. O pressuposto que orientava minha questão de pesquisa era a de que o movimento sindical rural deu importante contribuição no processo de construção do território, garantido e apoiando na formulação, planejamento, implementação e fiscalização das políticas públicas voltada para o desenvolvimento territorial. Pois, o MSTTR tem uma historia de luta em defesa das reivindicações e direitos dos agricultores/as familiares que resultou em avanços importantes para um desenvolvimento sustentável e solidário dentro do espaço territorial.

A estratégia de desenvolvimento territorial é uma abordagem adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, a partir do primeiro mandato do Governo Lula em 2003, o ordenamento territorial passou a ter, portanto, sentido bem mais preciso, visa a organizar o processo de desenvolvimento no território, como alternativa ao puro e simples comportamento dos mercados, que tangem os residentes a se deslocarem para encontrar oportunidade de trabalho e geração de renda. Trata-se de uma pratica que pode ter perdido legitimidade com a ofensiva neoliberal do final do século XX, mas que já volta com toda a força para as agendas de desenvolvimento. Vale ressaltar que a criação dos territórios, é o meio de viabilizar o acesso não só a terra, mas também, as outras políticas publicam, tais como: assistência técnica; crédito, saúde, educação e infra-estrutura, etc. mais rápidas e concretas para a sustentabilidade na agricultura familiar. É de suma importância que governo e a sociedade civil organizada luta por essas políticas visando dar condições de vida digna e com qualidade ao homem do campo. Figura 01

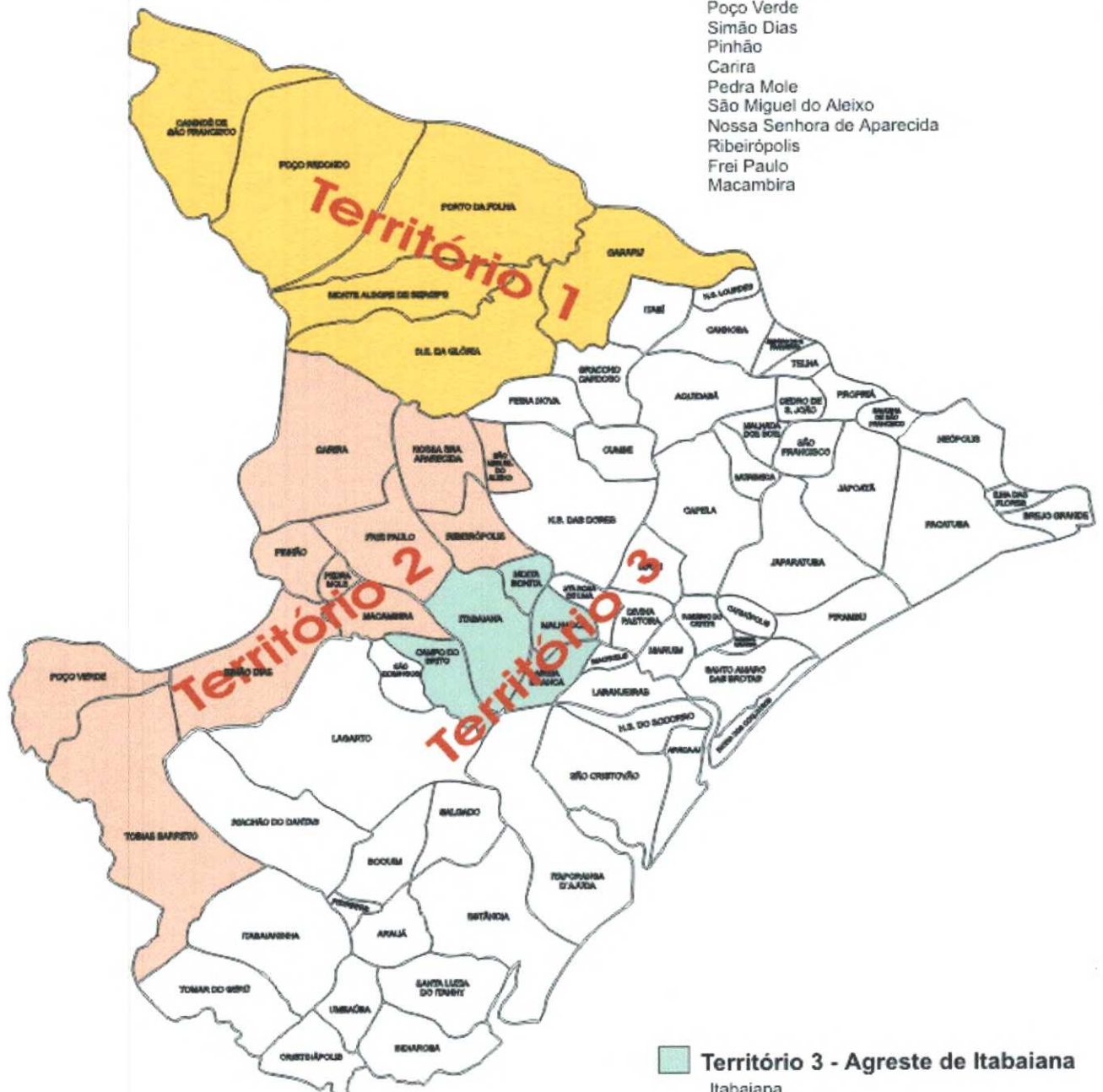
No Estado de Sergipe esse recorte territorial adotou a seguinte fisionomia:

Território 1- Alto Sertão Sergipano

- Poço Redondo
- Canindé de São Francisco
- Porto da Folha
- Gararu
- Nossa Senhora da Glória
- Monte Alegre de Sergipe

Território 2 - Semi-árido ocidental

- Tobias Barreto
- Poço Verde
- Simão Dias
- Pinhão
- Carira
- Pedra Mole
- São Miguel do Aleixo
- Nossa Senhora de Aparecida
- Ribeirópolis
- Frei Paulo
- Macambira



Território 3 - Agreste de Itabaiana

- Itabaiana
- Campo do Brito
- Moita Bonita
- Areia Branca
- Malhador

Alto Sertão Sergipano, por ser minha área de atuação e de trajetória de trabalho no Movimento Sindical, e na discussão territorial.

A motivação para realização do estudo origina-se na necessidade de aprofundar o papel do MSTTR na estruturação do território e na construção da Comissão de implementação e apoio ao território – CIAT, e os desafios que esse processo que esta relação traz para o Movimento.

Considerando isto, a monografia está organizada em quatro capítulos. O primeiro fala em especial o desenvolvimento rural, territorial e sindical. Trajetória do movimento sindical no Brasil e no mundo. O segundo capítulo trata da caracterização do território do alto sertão sergipano levando em considerações as 05 (cinco) dimensões do desenvolvimento sustentável: Ambiental, Econômica, Social, Cultural e Política Organizacional. Nesta parte alguns dados foram apresentados em gráficos a nível municipal e territorial. No terceiro capítulo foram relatados o estudo do movimento sindical e o desenvolvimento territorial do alto sertão sergipano – o conceito de desenvolvimento territorial, articulação do movimento sindical com as políticas públicas de desenvolvimento. No último capítulo do estudo relatamos os comentários finais e os desafios e perspectiva para o MSTTR. E algumas questões acerca do território rumo aos novos caminhos para a redução das disparidades regionais e a para melhoria da qualidade de vida da população do território do alto sertão.

CAPITULO I

O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES (AS) RURAIS

1.1 – ORIGEM DO SINDICALISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Falar sobre a trajetória do movimento sindical na Brasil requer, antes de tudo, discutir as concepções e correntes políticas que constituíram esse movimento. Sobretudo, no que diz respeito ao desenvolvimento do movimento sindical no campo, e das lutas de classes no meio rural. Nesse sentido, os movimentos populares e as organizações sindicais constituem-se em espaços privilegiados de enfrentamento de interesses baseados em concepções políticas diversas.

Partindo desse pressuposto, podemos destacar quatro concepções que influenciaram efetivamente o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil. São elas: anarquismo, comunismo, sindicalismo amarelo (pelego) e o sindicalismo cristão.

No que se refere ao sindicalismo baseado na concepção anarquista, este teve início na metade do século XIX, na França e logo se expandiu por toda Europa. As teorias deste tipo de sindicalismo não influenciaram apenas o meio urbano, mas também o campo, atribuindo um papel revolucionário ao sindicalismo no meio rural. De acordo com José Carlos RUI (1986), a expansão do anarquismo foi rápida e encontrou receptividade entre trabalhadores contra todas as formas de opressão, sobretudo onde não existia qualquer proteção ao trabalho.

O sindicalismo que tem pó base à concepção comunista visa contribuir para a luta revolucionária do proletariado pelo poder político, diferenciando-se, assim, da concepção anarquista que nega a luta política pelo poder.

Para Karl MARX (1981), principal teórico dessa concepção, os sindicatos são indispensáveis como instrumentos de resistência contra o capital, em defesa da classe trabalhadora menos favorecida. Ainda, segundo Marx:

“O capital é o poder social concentrado, enquanto o operário só dispõe da sua força de trabalho. O contrato entre capital e trabalho não pode, portanto, repousar em justas condições (...). Dos sindicatos nascem precisamente os impulsos espontâneos dos operários para eliminar, ou pelo menos reduzir essa concorrência, a fim de conseguir melhores condições que os coloquem ao menos em situação superior à simples escravos” (1981, pág.32).

Nessa perspectiva, o referido autor aponta como tarefa dos sindicatos resistirem aos ataques do capital, e para isso, essa corrente defende a unidade dos trabalhadores para assim conquistar o poder político, ressaltando a supremacia do poder político sobre o sindicato.

O sindicalismo amarelo ou pelego exerceu enorme influência no sindicalismo brasileiro, refletindo a forte influência dos patrões e do Estado no movimento sindical. Nessa concepção, o sindicato tem um papel assistencialista e de intermediário legal nas relações entre o patrão e os empregados (ANTUNES, 1985).

Já o sindicalismo cristão atuava com uma concepção reformista, de conciliação de classes, rejeitavam as greves e outras formas de confronto, e também defendiam o papel assistencialista dos sindicatos, assim como os pelegos. Desse modo, “o fundamental é a paz social, a harmonia entre as classes, tendo como mediadora a Igreja – que dessa forma tenta readquirir o seu poder político” (CONTAG, 2006, pág. 22).

Todas essas concepções políticas influenciaram o desenvolvimento do sindicalismo no Brasil, tanto na cidade quanto no campo. Nesse sentido, os movimentos sociais no campo se constituíram como sujeitos coletivos, com identidade e organizados para defender direitos e projetos.

Em 15 de março de 1931, no Governo Vargas é assinado o decreto chamado de “Lei de Sindicalização”. Antes desse decreto os sindicatos eram livres e funcionavam como

organismos de luta por melhores salários e condições de vida e trabalho. A “lei de Sindicalização” definia o sindicato como órgão de colaboração com o poder público, servindo de mediador na relação entre o capital e o trabalho. Os diretores só podiam ser brasileiros ou se fosse estrangeiro deveriam residir no país há mais de 20 anos, além disso, era obrigação do ministério do trabalho fiscalizar as assembléias e a contabilidade dos sindicatos. Essa lei visava oficializar, ou seja, atrelar os sindicatos ao Ministério do Trabalho. Desse modo, os sindicatos deveriam funcionar como órgão de conciliação entre os trabalhadores e os patrões e como um órgão de caráter assistencialista.

A ausência de uma organização no campo impediu que fosse implementada uma legislação específica para os trabalhadores rurais (ABREU e LIMA, 2005). Nessa perspectiva, no que se refere à defesa dos direitos trabalhistas na área rural, foram organizados sindicatos de forma localizada e isolada, além de associações mais voltadas aos interesses dos pequenos produtores. Embora existisse uma legislação que permitia a criação de sindicatos, somente em 1944 através do Decreto 7.038 se autoriza de forma explícita a sindicalização rural, porém esta lei não foi implementado. Assim, até 1955, o Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o sindicato rural de Campos, no Rio de Janeiro, que tinha sido criado em 1938, o mais antigo do país (CONTAG, 2000).

Os movimentos sociais do campo vêm se constituindo ao longo da nossa historia, como sujeitos coletivos, onde constroem uma identidade e organizam praticas que visam defender direitos, interesses e projetos. Esse processo se da através de lutas de resistências, de organização, mobilização que se constroem nos locais de trabalho, na roça e na comunidade. É na teia de constituição dessas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador rural.

As lutas dos trabalhadores/as rurais Brasileiros pela posse da terra, visando garantir melhores condições de trabalho e de vida fazem parte da historia do povo brasileiro: lutas de tribos indígenas, movimentos de escravos, revoltas como da cabanagem e Balaiada, litígios e reações de parcela das populações pobres foram uma constante ao longo da nossa historia. Durante todos esses períodos tivemos ações populares de intervenção na ordem social, praticas reprimida de participação do povo que colocaram em ebulição os direitos

políticos e sociais, antes que a cidadania e a sociedade civil se estabelecem entre nos, e que tiveram nos camponeses/as sujeitos protagonistas de varias dessas lutas e mobilização.

1.2 - PROCESSO DE SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL NO BRASIL

Para entendermos o processo de surgimento dos sindicatos rurais no Brasil, faz-se necessário discutirmos a conjuntura histórica e política da sociedade brasileira no momento em que este movimento foi deflagrado.

A colonização do Brasil foi fruto da expansão do capitalismo comercial que se instaurou na Europa por volta do século XV. Sendo assim, o modo de organização social, política, econômica e cultural que aqui se estabeleceu como bem atesta Sodré (2003), foi “transplantado” da Europa. O modelo de ocupação produtiva estava baseado na grande empresa exportadora e monocultora, sendo que a falta de mão-de-obra no Brasil colônia influenciou decisivamente no uso da força de trabalho escravo. A relação entre esses três elementos foi à base para a disseminação do modelo de organização social, econômica e política européia.

Vale ressaltar ainda que a colonização portuguesa trouxe conflitos e rebeliões populares formados pela complexa composição étnica, social e ideológica que se formou na então colônia. Esses conflitos manifestavam-se como movimentos de massa construindo novas formas de organização social, política e econômica, mas também como ações específicas e localizadas, de confronto a opressão, a miséria, a dependência, a ausência de direitos, a luta pela posse da terra e por melhores condições de vida e de trabalho (MEDEIROS, 1989).

A partir do século XIX começa a surgir uma nova configuração no cenário social e econômico brasileiro, com a chegada de colonos europeus não-portugueses, para o cultivo do café, atraído por promessas de terra, passando a ocupar áreas ainda não utilizadas, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste, sob a forma de parceria ou colonato. Com isso houve uma intensificação dos conflitos por terra e pela libertação dos escravos.

Juntamente com o processo de luta contra a escravidão começa a surgir um movimento de afirmação das leis, de locação de serviços que visam regular o trabalho

assalariado. Desse modo, os trabalhadores não podiam romper seus contratos a não ser que pagassem ao patrão uma quantia previamente estabelecida e se não o fizessem estariam sujeitos à prisão com trabalhos forçados até pagar suas dívidas (CONTAG, 2000).

Em 1850, o império restringiu o direito de posse da terra através da Lei de Terras. Essa Lei significou a união entre o capital e a propriedade da terra, pois a partir daí a terra foi transformada em uma mercadoria, a qual somente quem já dispunha dela e de capital poderia ser proprietário. Com essa medida, os ex-escravos, os posseiros e os imigrantes não poderiam se tornar proprietários, tendo que continuar, assim, como mão-de-obra assalariada imprescindível aos interesses dos latifundiários. Nesse sentido, como bem afirma Martins: “Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra ficou escrava” (1991, pág.12).

A proclamação da República – 1889, juntamente com a Abolição da Escravidão – 1888, marcam um dos momentos de maior relevância quanto à transformação social do país. O momento que se segue à Proclamação da República, segundo Medeiros (1989), delinea a identidade social e política do trabalhador brasileiro enquanto classe trabalhadora. Até então, quem trabalhara no Brasil foram os escravos e a sociedade escravista desmerecera inteiramente o ato de trabalhar.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais, a luta pela posse da terra foi uma constante ao longo da história do Brasil. Durante diversos períodos houve ações populares de intervenção na ordem social, sendo os camponeses sujeitos de várias dessas lutas e mobilizações.

A partir do final da década de 1920 a sociedade brasileira passa por inúmeras transformações, tanto na esfera econômica, quanto na esfera política e social. Neste período, o Brasil ainda vivenciava a política do “café-com-leite”, onde os estados de São Paulo e Minas Gerais se revezavam no poder, e a burguesia cafeeira impunha no país sua hegemonia econômica, social e política. Entretanto, a economia cafeeira vinha passando por profundas crises que abalariam a sua hegemonia, devido à superprodução que começava a surgir no mercado internacional, resultando na queda do preço do café e, conseqüentemente, dos financiamentos que a elite cafeeira dava à política do “café-com-leite” (FAUSTO, 1987).

Concomitantemente à desvalorização do café, o Brasil começava a sofrer um processo de industrialização, que se realizava, conforme o autor supracitado, na medida em que a economia mundial se fortalecia, impondo, assim, mudanças à economia brasileira. O desenvolvimento industrial no Brasil, não formou de imediato um grupo social e econômico, uma burguesia industrial que hegemonicamente conduzisse o processo, o que gerou uma crise interna. Os setores agrários responsabilizavam a indústria pelo aumento do custo de vida das populações urbanas, o que demonstra que não havia uma unidade de interesse entre esses dois setores. A crise interna se aprofundou em todo o país, pois com a desvalorização do café, outros setores da sociedade também foram atingidos.

Nesse cenário de crise se configurou a chamada “Revolução de 1930”, o que fomentou no país a criação de um novo segmento da sociedade, as classes emergentes urbanas, pois o setor industrial foi adquirindo supremacia no conjunto do sistema econômico brasileiro e passou a se desenvolver mais aceleradamente do que o setor agrário. Uma vez que o Governo Federal prezava por uma política econômica voltada para industrialização substitutiva das importações resultando num grande êxodo rural, devido à crise do café, e do aumento da população urbana que foi se constituindo como mercado consumidor. Destacando-se também no impulso para esses acontecimentos o cenário internacional que com a Segunda Guerra Mundial e os países envolvidos em reconstrução, o desenvolvimento industrial brasileiro foi favorecido em consequência do mercado livre de concorrência estrangeira (IANNI, 2004). Ainda segundo Ianni, as decisões de política econômica passaram a ser tomadas principalmente em função dos interesses predominantes do setor industrial, nacional ou internacional.

Percebemos assim o emaranhado de diferenças produzido no seio da sociedade brasileira entre a classe trabalhadora do campo e a classe trabalhadora da cidade, as relações de trabalho são totalmente diversas no tempo e no espaço. Enquanto o trabalhador do campo depende de condições naturais (clima, chuva, solo, etc.) e tem o seu ritmo de trabalho da produção, a produção do operário é rápida e dinâmica produzindo mais e com menos força de trabalho. De acordo com Ianni (2004) é inegável que na prática o trabalhador rural retém uma menor parcela do produto de seu trabalho em comparação com o operário.

O Trabalhador rural é fornecedor da força de trabalho produtiva segundo as condições do setor agrário, e o seu excedente passa a ser repartido pelo proprietário da terra, pelo arrendatário da terra, pelo comerciante de produtos agrícolas da cidade, pelo comerciante de produtos agrícolas mundial, pela empresa industrial que consome matéria-prima e pelo aparelho governamental.

A questão política oriunda do campo é a questão da propriedade da terra. Em que a concentração da terra causa um processo de expropriação da terra e em segundo plano um processo de exploração da terra, onde o fator determinante é o capital. (MARTINS, 1991, pág 13).

De acordo ainda com Martins (1991), o trabalhador rural e o operário são classes sociais diferentes porque são social e politicamente diferentes. O produto do trabalho do lavrador é individual, como também a sua consciência, enquanto a força de trabalho do operário é coletiva e se faz por meio da socialização.

No entanto, a luta dos trabalhadores rurais para os organismos que olham de fora parece ser uma luta homogênea, igual. O autor enfatiza que se isola o campesinato como se sua existência, sua reprodução, suas tensões e suas lutas sociais não fossem determinadas por relações de classe, diferenças e antagonismos. É preciso captar o sentido da fala do camponês.

É Válido ressaltar aqui algumas das diversas categorias de trabalhadores rurais oriundos destas relações de expropriação e exploração da terra. O vaqueiro é o homem que cuida do gado, o jagunço trabalha e obedece às ordens de um patrão, o cangaceiro era principalmente um camponês que fora expropriado, expulso por um fazendeiro ou comerciante e que determinado em se vingar percorrer os vínculos de sangue de seus desafetos, o posseiro trabalha na terra sem possuir nenhum vínculo legal, o agregado é o homem que mora na fazenda, com direito a fazer a sua roça e com obrigação de prestar serviços ao proprietário, o foreiro é um camponês em via de expulsão da terra, o parceiro é a pessoa que paga a renda em dinheiro ou espécie para fazer sua lavoura e o grileiro que é a pessoa que através de meios escusos, suborno e falsificação de documentos torna-se habilitado a vender a terra.

Ainda de acordo com o referido autor, os grandes fazendeiros estão interessados no lucro, na reprodução ampliada do capital, eles não estão interessados apenas na

concentração da propriedade. A expansão do capitalismo no campo depende em princípio e fundamentalmente da separação entre o trabalhador e os meios de produção, pois, não ser proprietário da terra, das ferramentas, das sementes e dos adubos é a condição básica para que o trabalhador se converta em empregado.

É nesse contexto social, político, econômico e cultural, que se desenvolvem na sociedade brasileira fenômenos como o messianismo, o cangaço, as ligas camponesas e o sindicalismo rural. Segundo MARTINS (1991), até 1940 o messianismo e o cangaço foram às formas dominantes de organização de rebeldia camponesa, a partir dos anos de 1950 as ligas camponesas e o sindicato rural são as formas mais importantes de organização política dos camponeses.

O messianismo nasce destas transformações nas relações sociais de produção, a atividade religiosa é também uma forma de protesto diante do descontentamento das condições de vida dos trabalhadores. Desenvolveu-se principalmente em áreas rurais pobres e continha um sentimento de revolta contra as injustiças sociais, que segundo os líderes messiânicos era provocada prioritariamente pela mudança do regime político da monarquia para a república. O cangaço está mais diretamente ligado ao sistema de violência monopolizado pelo fazendeiro ou coronel em que exprime as reações da classe baixa diante de toda a soberba dos latifundiários.

1.3 – AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS

Após a segunda guerra mundial houve uma aceleração do processo de penetração capitalista, no campo, com a construção de grandes obras e expansão de crédito.

Nesse processo, foram duramente atingidos os foreiros, parceiros, pequenos proprietários e moradores de engenho (que tinham direito a cultivar a lavoura branca e a obrigação de prestar três dias de serviço por semana ao proprietário).

Através da expulsão do morador, da supressão do direito do cultivo do sítio, do aumento dos dias de cambão. Como reação a esse processo, as organizações camponesas passaram a se contrapor, de forma articulada, contra as ações de despejo acionadas pelos usineiros e latifundiários.

No período de 1954 a 1964, surgiram três grandes organizações camponesas que deram uma fisionomia ao debate e as lutas dos camponeses (as) no País.

a) LIGAS CAMPONESAS

Em 1955, os donos do Engenho Galileia, em vitória de Santo Antônio, impuseram o aumento do foro e tentaram expulsar os forasteiros da terra, que resistiram ao processo de despejo, e começaram a participar da formação da Sociedade Agrícola dos Plantadores e pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), fundada inicialmente com fins basicamente assistenciais, para fornecer assistência médica, jurídica, criar escolas e uma caixa funerária para os associados, e posteriormente, se tornando um movimento de luta pela Reforma Agrária que se espalhou por vários Estados do Nordeste. “A repressão atribuiu o nome de ligas à organização desses trabalhadores para caracterizá-los como comunistas, em alusão ao nome por estes utilizados para certas organizações populares” (Abreu e Lima, 2005).

A partir das Ligas os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação, resistência na terra e mobilizações. As ligas utilizavam diferentes estratégias para organizar e formar os trabalhadores: conversas na feira, na missa, nos locais de trabalhos, boletins, cordéis, etc.

As Ligas se organizavam em “delegacias ou núcleos, por municípios, distritos ou fazendas. Em âmbito local, eram compostas só de camponesas; no nível estadual além das Lideranças camponesas, envolvia profissionais liberais, intelectuais, estudantes, parlamentares”. (Abreu e Lima, 2005).

b) UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS - ULTAB

Mesmo na ilegalidade, o PCB manteve algum trabalho no campo, e em 1954, na II Conferência Nacional de Lavradores, foi fundada a ULTAB, com a presença de 303 representantes de 16 estados, tendo-se discutido o direito a organização dos trabalhadores rurais em associações e sindicatos, o direito de greve, a reforma agrária, previdência social, adoção de medidas de apoio à produção etc., sendo a primeira experiência na perspectiva sindical no campo brasileiro.

22 - 2 - 22

c) MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA - MASTER

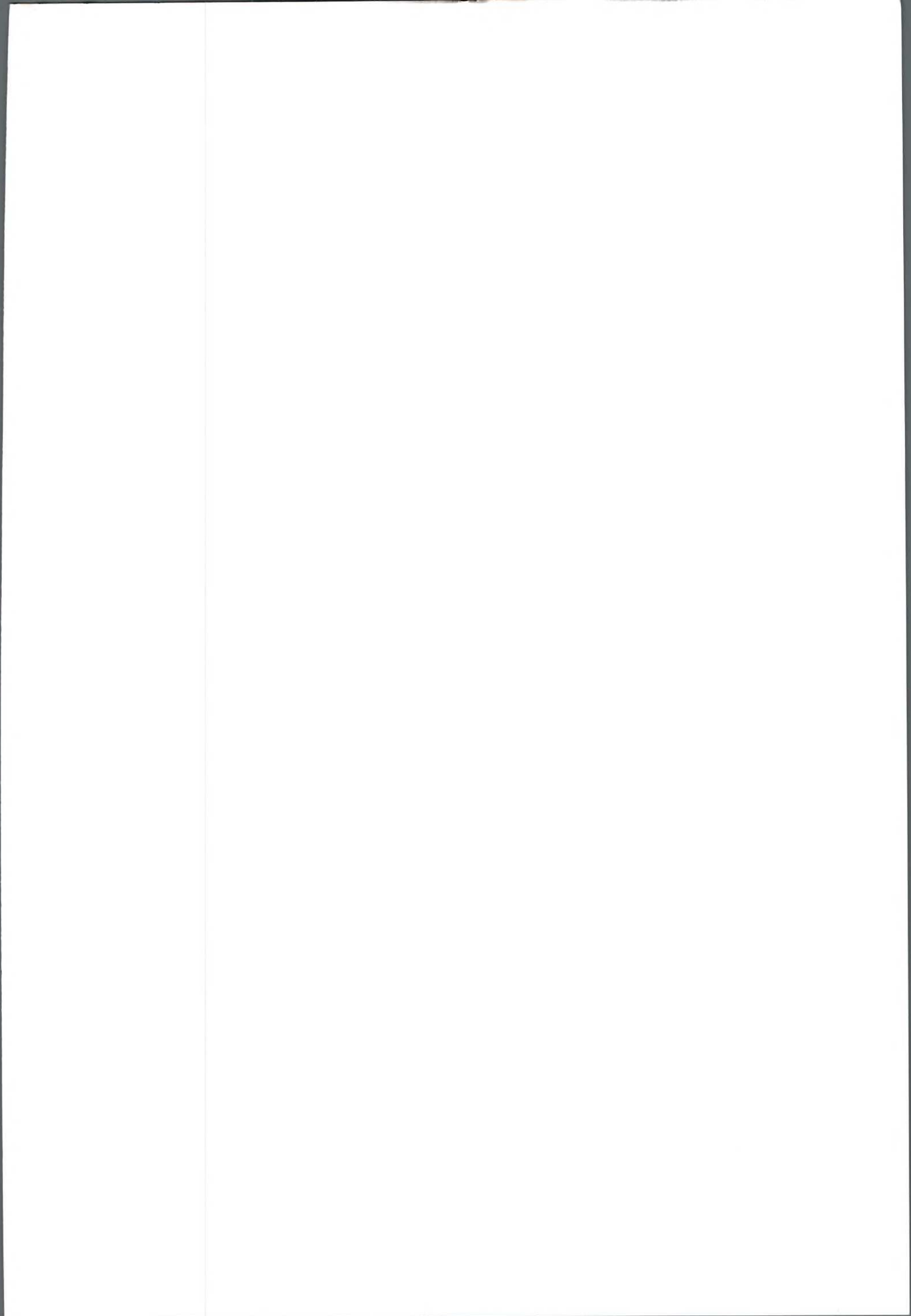
Surgiu no Rio Grande do Sul em 1950, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros, inovava com relação às lutas, pois executava a ocupação de terras, formando acampamentos e organizando estratégias de defesa, dentro das terras dos latifundiários, em áreas previamente escolhidas.

Essas três organizações durante sua existência assumiram algumas lutas de forma unificada, como por exemplo, a greve no setor canavieiro em Pernambuco, em 1963, que obteve conquistas significativas para a categoria ou a participação em Congresso como o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961, que embora explicitasse as divergências, marcou o reconhecimento social e político da categoria camponesa e o reconhecimento do seu potencial organizativo dentro da sociedade brasileira.

A partir, o movimento camponês cresceu e as discussões sobre a questão fundiária ampliaram-se, atingindo outros setores da sociedade, inclusive a Igreja Católica, que passou a atuar na perspectiva de fortalecer a posição da Igreja entre camponeses através da criação de sindicatos.

A década de 1960 chega com o país falando de reformas de bases. As principais eram a reforma agrária, reforma na educação e no sistema bancário. Nesse período foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que concebia aposentadoria por invalidez ou por velhice como resultado das lutas lideradas pelas Ligas Camponesas no Nordeste, que aliavam as lutas por direitos trabalhistas e reforma agrária e do surgimento dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, das federações e da CONTAG, o que já era o bastante para deixar os latifundiários muito aborrecidos com o governo.

No entanto, o universo organizativo dos sindicatos rurais não é nada homogêneo, partidos políticos e esferas religiosas se engajaram na causa dos trabalhadores rurais para direcionar o movimento de acordo com seus interesses, podemos destacar o Partido Comunista Brasileiro que começa a mobilizar os trabalhadores em organizações civis, ou seja, não eram regulamentados por lei, pois aos olhos do Governo brasileiro este Partido representava uma ameaça eminente, já que a Revolução Cubana acabara de acontecer. O PCB tinha construído uma base política em alguns centros urbanos e tentava organizar uma



entidade representativa dos trabalhadores em âmbito nacional. Assim em 1954 o Partido funda a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil- ULTAB:

A Ultab foi criada em 1954, durante a II Conferência dos Lavradores, realizada em São Paulo. Teve como primeiro presidente Lyndolpho Silva. Foi discutido na Conferência, entre outros temas, o direito de organização em associações e sindicatos, o direito de greve, a reforma agrária, previdência social e reivindicações específicas dos diversos setores dos trabalhadores presentes ao encontro (CONTAG, 2000, pág. 13).

A criação da Ultab foi de importância fundamental para o homem do campo, na medida em que ela tenta aglutinar as diversas categorias de trabalhadores do campo. As principais reivindicações desta organização foram descritas na “Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas” que deixa transparecer os dois eixos de luta da Ultab; de um lado, a ação voltava-se para o trabalhador assalariado e para aqueles submetidos a outras relações de produção, incentivava a proibição de formas consideradas semi-feudais e exploração do trabalho como o cambão, a meia e outras formas de parceria, defendia o pagamento em espécie e a garantia de permanência dos indígenas nas terras por eles ocupadas. Por outro lado a ação sindical voltava-se para os pequenos proprietários rurais, uma vez que a reforma agrária era entendida como medida de justiça social e compreendia a distribuição das terras dos latifúndios aos trabalhadores agrícolas, lavradores sem terra ou possuidores de terras insuficientes, entrega do título de propriedade plena a posseiros, ocupantes e colonos de terras, assim como, a adoção de medidas de apoio à produção, como ajuda técnica, crédito fácil e barato, fornecimento de maquinário e ferramentas, garantia de preços e estímulo ao cooperativismo (CONTAG, 2000).

É importante também destacar o papel da Igreja católica neste processo de organização dos trabalhadores do campo, pontuando que os trabalhadores deveriam sindicalizar-se, mas deveriam estar sob controle devido ao fato da ameaça comunista e o medo da instauração de uma revolução, assim como ocorreu em Cuba. De acordo com a Contag (2000), a Igreja Católica ingressou na luta pelos trabalhadores do campo utilizando-se de esferas chamadas de ação católica, especialmente os da juventude agrária, operária, universitária, entre outras. A Igreja firmou posição no sentido de organizar os trabalhadores rurais em sindicatos e a base para a realização desse trabalho era o Serviço de Assistência Rural- SAR, criado em 1949, no Rio Grande do Norte, no qual originou-se o Movimento de

Educação de Base- MEB e foram ainda criadas entidades estaduais de camponeses como a Frente Agrária Gaúcha, a Frente Agrária Paraense e outras.

1.4. A CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL: A CONTAG E A FEDERAÇÕES

No caso dos primeiros sindicatos organizados era difícil construir um projeto de lutas, sob um suporte de dirigentes inexperientes, muitas vezes distantes de suas bases, marcados por concepções diferenciadas sobre o papel do sindicato e que ainda representava categorias tão diferenciadas (assalariados, posseiros, arrendatários, pequenos proprietários) o que implicava em reivindicações imediatas bastante distintas:

O número de trabalhadores rurais agrícolas, segundo a lógica do capital, de base familiar vem aumentando, logo há um crescimento do trabalho sindical em torno do pequeno produtor, o que implica em uma situação conflituosa, pois o sindicato de trabalhador rural junta o pequeno produtor como trabalhador desprovido de terra e meios de produção. O problema que se originou é o de mediação, pois o sindicato tende a ser dominado pelos pequenos produtores rurais, e essa mediação deve ser política e não social (MARTINS, 1991, pág. 33).

Em 1963 já havia no Brasil 270 sindicatos rurais e 10 federações sindicais oficialmente registradas, além de outras 33 federações aguardando registro oficial do Ministério do Trabalho. Pois a partir do reconhecimento oficial dos sindicatos rurais, são realizados os trabalhos para a criação das federações que representam os trabalhadores em âmbito estadual. Segundo a Contag (2000), setores mais conservadores do sindicalismo rural, principalmente aqueles ligados a Igreja, promovem nesta época a criação de um grande número de sindicatos e federações de trabalhadores rurais que conseguem seu reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho.

Assim, em julho 1963 é realizada a I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, em Natal - RN, em que foram discutidas questões de interesse da categoria e a criação de uma Confederação nacional. No mesmo ano, um grupo de federações, também ligadas à Igreja, realiza uma reunião em Recife - PE e funda uma Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura - CNTA e logo é solicitado ao Ministério do Trabalho seu reconhecimento. No entanto, este Ministério determina a realização de um Congresso Nacional, em dezembro ainda de 1963, para criar definitivamente a confederação da qual deveriam participar as 27 federações reconhecidas oficialmente.

No dia 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, com a existência de 475 sindicatos de trabalhadores rurais e 29 federações e lideranças sindicais representando os Estados de Goiás, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pará, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, Piauí e Guanabara, criam a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, iniciando, imediatamente, a luta por seu reconhecimento oficial, ao qual só veio a acontecer em 31 de janeiro de 1964, com o Decreto Presidencial n 53.517. Esta Confederação se torna, então, a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional a ser reconhecida legalmente (CONTAG, 2000, pág. 19).

A Contag inicia a sua atuação num momento de grande efervescência política, em que o governo federal e alguns governos estaduais assumiram o discurso das reformas de base, entre elas a reforma agrária, uma das principais bandeiras de luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais – MSTR.

A existência das Ligas camponesas, da ULTAB, da Máster e a influencia do PCB e da ação Popular – AP fizeram com que a organização dos trabalhadores (as) rurais em sindicatos fosse acelerada, as bandeiras de lutas atualizadas e ampliadas e estabelecidas linhas de ação comum.

Esse processo culminou na realização do 1 Congresso Nacional dos Lavradores e trabalhadores agrícolas, em 1961, em belo horizonte coordenado pela ULTAB, que reuniu 1.600 delegados de varias organizações. Articular nacionalmente as lutas passou a ser uma das principais preocupações, apesar das diferentes correntes de pensamento, de concepções e de formas de organização.

Em 1962, já existiam 42 federações, em alguns estados mais de duas: de assalariados, de lavradores, de pescadores, de agricultores. De trabalhadores rurais, sendo que 27 eram reconhecidos oficialmente pelo Ministério, que solicitou a realização de um Congresso Nacional para criação da Confederação, o que ocorreu

em 22 de dezembro de 1963, com a participação de trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, sendo reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.

“A CONTAG torna-se a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente. Ajustaram em seu interior diversas concepções e correntes de pensamento, desde os setores mais à direita, setores da Igreja, provenientes das Ligas e os comunistas”. (Revista dos 40 anos da CONTAG).

A mobilização popular a favor das reformas amedrontou a classe dominante, temiam que fosse apenas o começo de uma série de transformações radicais no país. A resposta das elites veio de imediato no dia 31 de março de 1964, as tropas militares ocuparam os pontos estratégicos do país, autoritarismo, desrespeito a constituição, perseguição militar, prisão e tortura para os opositores e censura prévia nos meios de comunicação, esse foi o quando político criado pelo regime militar para arrasar toda oposição a sua forma de governar o país.

Recém criado a CONTAG, na busca pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, pela reforma agrária, sofre de imediato a violência do golpe militar sobre a liderança de sua organização, que viu bandeiras de lutas políticas dos trabalhadores, em especial, a da reforma agrária, serem colocadas em segundo plano.

Já em 1964, foi decretada a primeira Lei de Reforma Agrária do Brasil elaborada ainda no Governo João Goulart, acabou sendo promulgada com modificações, pela ditadura militar, sendo denominado Estatuto da Terra, que por um lado definiu regras para os contratos de arrendamento e parceria, como resposta as reivindicações do movimento sindical, e por outro incentivou o pacote da Revolução Verde, que obrigou muitos agricultores familiares a saírem do campo, com um grande aumento da miséria na área rural e nas cidades.

Logo na sua criação tinha sido constituída uma equipe de “educação sindical” com o objetivo de capacitar lideranças e dirigentes a fim de mante-los informados, nas temáticas do movimento e da realidade social e política do país. A formação

sindical centrava sua ação na alfabetização dos trabalhadores (as), na difusão de praticas agrícolas e cursos políticos para formar novas lideranças, que durante a ditadura tiveram que atuar de forma quase clandestina.

“Após a intervenção, foi constituída uma Junta Governativa que durante um ano administrou a CONTAG. No ano seguinte, uma diretoria foi eleita para administrar a entidade durante o período de 1965 a 1968, tendo como interventor José Rotta.” (Revista 40 anos da CONTAG).

A partir de 1966, trabalhadores que resistiam à ditadura buscaram retomar o controle da entidade, e superar as dissidências alimentares durante o período de intervenção, buscando a organização dos sindicatos e federações. A formação se traduzia em praticas educativas para garantir núcleos organizados nos locais de trabalho e para fortalecer o processo de retirada dos interventores e sindicalistas pelegos, impostos nos sindicatos e federações pela ditadura.

Os materiais de comunicação sindical foram fundamentais para garantir minimamente uma ação articulada nacional, regional e estadual. Eram boletins, revistas e jornais, que tinham como objetivo central a conscientização e a socialização das vitórias e lutas do MSTTR. A criatividade marcou esse período. O cerceamento das liberdades individuais e coletivas inibia qualquer divulgação de trabalhos que pudessem, em seu conteúdo, ser interpretado como “ofensivo” ao governo e a “ordem pública”. (Revista 40 anos da CONTAG)

O cotidiano e o estímulo à organização dos trabalhadores (as) rurais eram reproduzidos por meio de personagens, também reproduziam as poesias, prosas e cordéis, escritas pelos trabalhadores (as) rurais, dialogando com os desafios do dia-a-dia, sem serem perturbados pela policia ou pelo Ministério do Trabalho. Os autores das histórias utilizavam pseudônimos, caso a repressão militar resolvesse censurar os textos, os autores estariam protegidos. Outro instrumento utilizado no final da década de 1960 e meados de 1970 foi o sócio-drama. Priorizava a oralidade e a expressão corporal, para estimular uma visão critica daquele momento que o país vivia sem chamar a atenção do poder público (Revista CONTAG 40 anos).

O trabalho comunitário e de pequenos grupos foi a estratégia adotada durante muitos anos para resistir e formar novas lideranças durante a fase da ditadura. Eram organizações quase clandestinas em grande parte fomentadas ou apoiadas pela Igreja. Portanto, esse período nos ensinou a importância da comunidade, da formação de base, do trabalho em grupo, da importância do ambiente cultural na formação do ser humano, por exemplo, na Amazônia, as relações comunitárias de parentesco e de vizinhança foram a base da organização dos “posseiros”, durante toda a década de 1970. Os núcleos formados por famílias extensas e vizinhos liderados pelos mais antigos, formavam uma rede importante de relações através das quais se recrutavam os membros das comunidades para as ações coletivas. Foi na experiência de comunidades já existentes, na sua organização já construída e na solidariedade que novos migrantes foram rompendo as fronteiras do latifúndio na região, e foram ficando na terra e produzindo.

De meados da década de 60 até o final da década de 70, as lutas camponesas eclodiam por todo o território nacional, os conflitos fundiários triplicaram e o governo, ainda na perspectiva de controlar a questão agrária determinou a mobilização do problema da terra, a militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão que é jagunço da forma privada, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador (a) rural a cada dois dias.

Essas diferentes ações fomentam a resistência a e luta por uma sociedade justa e solidária até os nossos dias. As desigualdades sociais e a exclusão continuam acirrando as contradições de nossa sociedade, portanto, a luta pela terra, pelo meio ambiente, pela cidadania, a soberania alimentar, os valores humanistas, a

participação popular, a educação, a saúde, as relações igualitárias de gênero e etnia, vinculadas à luta por uma sociedade economicamente justa, ecologicamente sustentável com equidade e justiça social continuam na agenda do dia para tecer o amanhã.

1.5 - O SURGIMENTO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES RURAIS DE SERGIPE E A CONSTRUÇÃO DA FETASE

O Estado de Sergipe não foge a regra do contexto vivido pela sociedade brasileira no final da década de 1950 e início da década de 1960, os trabalhadores do campo encontram-se numa situação difícil, oprimidos pelos grupos econômicos oligárquicos açucareiros e agropecuário que predominavam no cenário sergipano e pelo avanço da expansão capitalista no campo.

A situação econômica de Sergipe foi fortemente afetada com a crise econômica de 1929 e as conseqüências da Segunda Guerra mundial, causando uma disputa principalmente, entre os senhores de engenho e usineiros pela manutenção do poder econômico e político do Estado. Nesta época, segundo Nunes (1996), a predominância da economia do setor agrário sergipano era o açucareiro voltado para a exportação, seguido pela pecuária.

Os movimentos sociais atentos a todas essas transformações na sociedade brasileira e sergipana começam a se articular em esferas que busquem reivindicar os direitos dos trabalhadores do campo. Em Sergipe, a formação dos primeiros sindicatos rurais é feita através de setores ligados à Igreja católica.

A partir da década de 1960 o Bispo D. José Vicente Távora começou a mobilizar os trabalhadores rurais para a sindicalização, fato este que ganhou a adesão do movimento sindical rural. Em 1962 foram realizados os trabalhos de motivação para a fundação dos seguintes sindicatos rurais: Nossa senhora da Glória, Itaporanga D'ajuda, Aquidabã, Japarutuba, Simão Dias e Nossa Senhora das Dores. Com estes sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho iniciaram-se os trabalhos de fundação da Federação dos Trabalhadores rurais de Sergipe (primeira denominação) sendo fundada no dia 18 de junho 1963, já como Federação dos Trabalhadores na agricultura do Estado de Sergipe – FETASE.

A Fetase foi uma das primeiras federações a serem criadas no país, que deu origem a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, contribuindo no processo de mobilização e formação política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para se organizarem nas entidades sindicais, criando a estrutura do sistema Contag que temos hoje. (Anais do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Sergipe, 2004, pág. 12).

Junto com toda essa mobilização dos trabalhadores do campo, a questão da reforma agrária é levada à tona em esfera nacional pelo presidente João Goulart, que assume a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros (1961), empenhando-se em promover reformas de base, tais como: reforma urbana, reforma educacional, reforma eleitoral, reforma tributária. Ele também tenta atender aos apelos dos camponeses organizados nas Ligas Camponesas e nos Sindicatos os Trabalhadores Rurais que reivindicavam a reforma agrária.

Por outro lado, junto com os latifundiários, as classes dominantes ficam assustadas com as perspectivas das reformas de base anunciadas por João Goulart e organizam, em várias cidades, as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, passeatas de senhoras da elite católica, autoridades civis e parte da classe média. Assim os militares, aliando-se aos latifundiários e a burguesia industrial, dão um golpe militar com forte apoio do governo americano.

De imediato, todo o processo de transformação social em curso é duramente reprimido, a violência se abate sobre as lideranças sindicais, com a prisão do presidente da CONTAG, Lyndolfo Silva e os demais diretores, com perseguições a diretores de federações e sindicatos e outras lideranças. É com a instauração da tortura, exílio e até mesmos assassinatos. A CONTAG sofre intervenção e José Rotta é designado seu interventor.

De acordo com a CONTAG, por exigência legal, as diversas federações, então existentes, foram unificadas, passando de 29 para 11, assumindo em cada Estado, a forma de Federação de Trabalhadores na Agricultura, ao qual se mantém até hoje.

O golpe militar com relação à pequena produção na agricultura prejudicou bastante, pois criou a correção monetária e o favorecimento prioritariamente à monocultura de exportação. Os produtores familiares foram incentivados a se modernizarem, adquirindo

maquinas e equipamentos, mediante financiamentos, que mais tarde eles não conseguiram pagar, resultando na perda das propriedades e aumentando ainda mais o processo de concentração fundiária.

A FETASE, junto com os sindicatos sergipanos, está englobada neste processo que reprimiu o começo do sindicalismo rural e que até hoje apresenta fortes resquícios desta época.

É nesse período da sociedade brasileira, sob o regime militar, que foi promulgado o Estatuto da Terra – Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964. Esta legislação permitia a intervenção do Estado no setor fundiário, mediante a desapropriação de terras por interesse social.

No entanto, as políticas direcionadas ao assunto de reforma agrária deste governo estiveram voltadas para os projetos de colonização nas áreas de fronteira, com um projeto agrícola voltado para o rápido aumento da concentração fundiária nestas áreas e sem nenhuma medida em apoiasse e incentivasse a pequena produção.

O período de Ditadura Militar tinha uma política salarial controlada, o que impedia os aumentos salariais e permitia ao patronato uma grande oferta de mão-de-obra barata. Como também reprimia a atuação sindical e inibia os trabalhadores rurais assalariados de pleitearem os seus direitos trabalhistas.

De acordo com a CONTAG, em 1966, em São Paulo é realizado o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, nitidamente marcados por dois grupos: um aglutinado em torno do interventor e o outro comprometido com a luta dos trabalhadores e disposto a retomar o controle da instituição. No ano seguinte, trabalhadores rurais e urbanos se reuniram no Rio de Janeiro para a Conferencia Nacional Intersindical, com firme oposição ao recém-criado Fundo de garantia por Tempo de Serviço – FGTS e as lideranças reunidas naquela ocasião assumiram a defesa da reforma agrária.

Na Conferencia Nacional Intersindical começou a articular uma chapa para concorrer à presidência da CONTAG. As negociações prosseguiram no encontro de canavieiros realizado em Carpina-PE. Embora patrocinado pela CONTAG, o Encontro ocorreu à revelia do então presidente José Rotta, o que já demonstrava o avanço das forças progressistas no caminho da tomada de controle de sua entidade máxima. Conseqüentemente, no ano seguinte, a eleição da chapa encabeçada por José Francisco da Silva frustrou a tentativa de reeleição de José Rotta.(CONTAG, 2000, pág. 25).

Com essa nova diretoria eleita todas as federações foram convocadas, inclusive a de Sergipe, para um encontro em Petrópolis no Rio de Janeiro, com o objetivo de elaborar um Plano de Integração Nacional. Este plano, por sua vez, elegeu a reforma agrária como uma das bandeiras de luta, capaz de unificar o movimento de trabalhadores rurais.

1.6. A REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL: A ESTRUTURA SINDICAL OFICIAL

Em 1960 os estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte iniciaram a campanha de sindicalização, chegando a Sergipe neste mesmo ano. Trazido pelo então Bispo de Aracaju Dom Jose Vicente Távora, através do movimento de educação de base – MEB. Inicialmente foi criada uma comissão de sindicalização, esta comissão tinha como objetivo estudar o movimento sindical dos trabalhadores/as rurais e posteriormente a fundação dos sindicatos sempre levando em considerações a doutrina da igreja católica. No início as dificuldades eram enormes para a comissão realizar as suas atividades. Pois, os trabalhadores/as rurais não acreditavam que o sindicato viesse a melhorar as condições de vida (econômica e social). Para inverter este quadro foi preciso a manifestação do Bispo através do rádio (rádio cultura), jornal (a cruzada) e reuniões de assembléias nos sindicatos em vários municípios, e ainda contou com a participação dos seguintes padres: Artur Pereira, Jose de Souza, Afonso Chaves, Mario de Oliveira Reis e o Monsenhor Jose Moreira Lima. Ainda em 1960, foi criada a SUPRA – Superintendência de reforma agrária do ministério do trabalho, a qual foi instalada também em Sergipe uma comissão para a fundação de sindicatos rurais. As duas comissões em parceria iniciaram as primeiras fundações dos sindicatos dos trabalhadores/as rurais, e os primeiros a serem fundados forma: Aquidaba, Itaporanga d'ajuda, Japarutuba, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Gloria e Simão dias. Com estes sindicatos fundados e reconhecidos iniciou-se os trabalhos para dar inicio a fundação da FETASE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado de Sergipe, sendo fundada em 22 de Junho de 1962, sendo assim constituída a sua primeira diretoria: Joaquim Batista sobrinho – Presidente, João Vicente do Nascimento – Secretario, Pedro Jose de Santana – tesoureiro. Suplentes: Angelino Moura e Heleno Felix. Conselho fiscal: Jose Firmino Dias, Jose Visitas dos Santos, Antonio Paulo

Araujo. Suplentes: Lameno José dos Santos, Jose da Cruz e Jose de Santana Matos. Sendo reconhecida no dia 11 de julho de 1963. A partir daí iniciou o processo de conscientização dos trabalhadores, que foram deturpados por políticos e interesseiros prejudicando sensivelmente os trabalhadores/as que tantos sacrifícios fizeram. Em 1964 com a revolução todos os documentos foram destruídos e assim ficando prejudicado todo o trabalho já realizado no movimento sindical. Pois, as pressões de algumas autoridades levaram ao trabalhador rural o medo que para nós, é pior que a descrença ou a ignorância. O período de intervenção da FETASE foi de 1974 a 1977, pelo o interventor do ministério do trabalho Dr. Jorge Lourenço Barros.

1.7. A RETOMADA DO MOVIMENTO SINDICAL COMBATIVO: A INSERÇÃO DA FETASE NAS LUTA

O inicio da retomada se deu com a reorganização de vários sindicatos, com mais afinidade e confiança no movimento sindical, estes sindicatos organizados elaboraram um documento solicitando abertura dos mesmos e encaminharam para o Exmº Sr. Presidente da Republica e ao secretario da casa civil. Somente assim tiveram condições de organizar cada vez mais os trabalhadores/as sempre assessorados pelo monsenhor Jose Moreira Lima e os bispos Dom Jose Brandão de Castro e Dom Jose Vicente de Távora. Quando parecia que tudo tinha acabado, aconteceu a prisão dos companheiros Jose Felix de Sá e Atalibio Santos. Mas graças a intervenção do general Graciliano, secretario de segurança publica da época, tudo foi resolvido e quebrado o impasse junto as autoridades policiais no interior do estado, tornando daí em diante possível o trabalho de reestruturação do MSTTR Sergipanos. Em outubro de 1976, a FETASE tinha 70 sindicatos fundados e com 38 já reconhecidos pelo ministério do trabalho e com 4.200 associados em todo o estado de Sergipe. No final dos anos 70 e inicio dos anos 80 a luta pela terra em Sergipe foi marcada na maioria das vezes pela a violência, seja dos jagunços contratados pelos latifundiários que tiveram suas terras ocupadas, seja pela policia em obediência a decisão judicial de reintegração de posse declamada pelo dono da terra. Este período foi marcado por grandes lutas e conquistas com as ocupações em grandes propriedades na região do alto sertão sergipano, que depois de muita luta e resistência, os latifúndios improdutivos foram desapropriados, transformando-se em áreas de assentamentos de reforma agrária, como:

Ilha do Ouro (Porto da Folha), Barra da onça (Poço Redondo), Nova Esperança (Gararu), Lagoas das Areias (Monte Alegre) e tantas outras, que passaram a ser ocupadas e reivindicadas pelos movimentos sociais do campo (FETASE, STTR'S, MST, CPT, ETC), contando, inclusive, com o apoio de religiosos (Frei Roberto, Frei Juvenal, Bispo Dom Jose Brandão de Castro e outros) lideranças políticas dos partidos progressistas, e outros atores sociais.

Os exemplos são inúmeros, indo da luta dos índios Xocó e quilombolas do mucambo, dos meeiros de arroz expulsos pela CODEVASF no Baixo São Francisco e dos posseiros de Santana dos Frades, no início dos anos 80 do século XX, até as ocupações feitas pelo MST, sindicatos de Trabalhadores Rurais(em menor número) e outras organizações sociais, desde 1985.

Neste ano, ocupantes da fazenda Barra da Onça, no município de Poço Redondo, foram expulsos violentamente da terra por mais de uma vez, tiveram seus barrocos derrubados e suas principais lideranças (Guido e Rubens) foram presas e torturadas pela polícia do município de Nossa Senhora da Glória, para onde foram levadas.

No período 1995/1999, 37% das ocupações feitas em Sergipe estavam concentradas em 6 municípios do semi-árido, sendo Poço Redondo e Canindé do São Francisco os que apresentavam o maior número dos conflitos sociais agrários, com cinco ocupações cada. Essa porcentagem subiu para 40,8%, em agosto de 2005, tendo os municípios de Poço Redondo, com 21 conflitos, Canindé do São Francisco, com 12, Nossa Senhora da Glória, com nove e Monte Alegre de Sergipe com sete, como os principais concentradores das áreas de conflito. Atualmente o MSTTR é responsável pela coordenação de 60% dos assentamentos em todo país.

1.8. A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL NO TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO ANTES DA OFICIALIZAÇÃO DA SDT

A territorialidade já é uma estratégia adotada pelo o MSTTR no alto sertão sergipano antes mesmo da criação da secretaria de desenvolvimento territorial SDT/MDA. Temos algumas ações sendo trabalhada no território a exemplo do PDHC – Projeto Dom Helder Câmara, projeto da organização da produção (SISCOP) trabalhado com a criação de

cooperativas de crédito e de produção, projeto CUT/CONTAG, PDLS e outros. Outro fato importante é que nos anos 60 e 70, o MSTTR do alto sertão já se organizava em pólos sindicais, essa prática teve início com os sindicatos de Porto da Folha, Poço Redondo e Itabi. Prática essa que continua até hoje. Dentro do movimento sindical os conflitos de terra em Sergipe iniciaram-se no alto sertão sergipano, que depois de muita luta e resistência, os latifúndios improdutivos foram desapropriados, transformando-se em áreas de assentamentos de reforma agrária a exemplo de: Ilha do Ouro em Porto da Folha, Barra da Onça em Poço Redondo Nova Esperança em Gararu, Lagoas das Areias em Monte Alegre de Sergipe e outros. Que passaram a ser ocupados e reivindicados pelo MSTTR. Contando inclusive com o apoio de religiosos como: Frei Roberto, Frei Juvenal, Bispo Dom Jose Brandão de Castro e outros.

Por último, o movimento sindical registrou também grande participação e conquista de políticas de desenvolvimento no território como: acesso aos benefícios previdenciários, equiparando os trabalhadores rurais aos urbanos, Crédito do PRONAF – programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar que muito tem contribuído para o desenvolvimento deste setor produtivo foi atuante nas reivindicações de ações de: capacitações, pesquisas, assistência técnica, além dos investimentos de apoio a infraestrutura dos municípios dos territórios. Os dirigentes sindicais ocuparam e ainda ocupam importantes espaços nos conselhos, comitês, fóruns de discussão e formulação das políticas públicas de saúde, educação, previdência e assistência social, reforma agrária, agricultura familiar, meio ambiente. O programa de crédito fundiário vem assumindo em Sergipe, nos últimos anos, o papel de um dos principais instrumentos de acesso a terra aos trabalhadores/as rurais,

1.9. HISTORIA (ELEMENTOS) DO SINDICALISMO LOCAL

a) PORTO DA FOLHA

O sindicato dos trabalhadores/as rurais de Porto da Folha foi fundado em 25/05/1971. E em 28/08/1972 foi realizado a 1ª assembléia, com a mobilização de 725 trabalhadores do município, fato que assentou os patrões, pois até então apenas existiam sindicatos patronais, e eles tentaram impedir a mobilização dos agricultores familiares. Nessa

assembléia tirou-se uma comissão, e em 1973 foi realizada a 1ª eleição do movimento sindical a composição da diretoria ficou da seguinte forma: Presidente Manoel Rodrigues de Oliveira, Tesoureiro Manoel Gonçalves Lima e Secretario Bonifácio Rocha Sobrinho.

Uns dos principais fundadores do sindicato foram: Manoel Rodrigues, Bonifácio Rocha, Manoel Gonçalves, Frei Juvenal, Frei Enoque, Frei Argelino e Roberto que deram sustentação ao movimento sindical. Os Bispos Dom Helder câmara, D. José Brandão de Castro e Dom José Rodrigues também contribuíram de forma direta através da diocese de própria.

A operacionalização do processo se deu da seguinte forma. Inicialmente, estes missionários organizaram uma reunião dos possíveis interessados a fim de articular uma comissão de trabalho para organizar o sindicato dos trabalhadores rurais de Porto da Folha.

Desta forma, o sindicato juntamente com a diocese de Própria e a igreja de Porto da Folha retomou a ilha de São Pedro, Ilha do ouro e as terras dos quilombolas, essas foram as maiores conquistas e as principais luta pela terra no município. Porque existiam muitos latifundiários e a exploração dos trabalhadores era muito grande A reforma agrária começou a partir da Ilha de São Pedro (com os índios Xocós), que travaram por muito tempo uma luta pela terra, de um lado a família Brito de própria grandes latifundiários e de outros os índios Xocós lutando para retomar as terras que direito lhe pertenciam, mas, no final os índios retornaram para o seu lugar que era as terras onde lá estão ate hoje. Naquela ocasião, a avaliação dos organizadores e os primeiros articuladores da luta sindical, eram de que a política publica de desenvolvimento rural na região estavam tendo resultados relativamente incipientes e de pequeno alcance na região. Da mesma forma, eles avaliavam que a ação da prefeitura municipal para os trabalhadores rurais também era deficiente e não aportava nenhum avanço na luta e organização dos Trabalhadores Rurais. Outro fato importante naquela época foi a união dos STR's de Porto da Folha, Poço Redondo e Itabi com objetivo de fundar o 1º pólo sindical do estado de Sergipe e posteriormente a Federação escolheu esse pólo para ser o núcleo do sertão. Atualmente existe aproximadamente de cinco a seis mil associados no

sindicato dos trabalhadores rurais de Porto da Folha, com esse número é possível avançar, basta que os sócios se conscientizem da luta e da importância do MSTTR.

No início, as principais lutas da categoria se concentravam nas seguintes questões: da reforma agrária, da aposentadoria rural e da saúde pública. Tendo em vista que naquele período (70 a 80) as políticas públicas eram deficientes, pois não tinha estrutura para atender a população da cidade e da zona rural. Conquista: desapropriação de terras, inclusive a ilha do ouro foi conquistada do movimento sindical; aposentadorias e a maior delas, conseguir conscientizar os agricultores e fazer com que eles se associassem. Existem muitos assentados no município graças à ação do movimento sindical. Políticas públicas: não funcionam, a diretoria do STTR não participa das reuniões do colegiado e a visão está voltada só para a aposentadoria rural, quando existem outros problemas a solucionar. Precisa-se resgatar o ideal do movimento sindical. Falta compromisso maior por parte dos dirigentes sindicais.

Somente a partir de 1996 que o desenvolvimento rural do campo iniciou-se a sua transformação com criação do PRONAF e em seguida os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e daí em diante vieram as políticas para: as mulheres, para a juventude, para educação do campo, organização da produção, cooperativismo de crédito e de produção, agricultura familiar e por último a política de desenvolvimento territorial. a política de desenvolvimento territorial vem acontecendo no alto sertão sergipano a partir da criação de uma secretaria específica que é a secretaria de desenvolvimento territorial STD. Percebermos que já ocorreram mudanças na forma de aplicar os recursos no município, anteriormente poucas tinham conhecimento dos recursos do PRONAF infra-estrutura aplicado. Atualmente líderes sindical preocupam-se bastante com a aposentadoria e esquecem do objetivo maior. “O sindicato hoje é empregado gratuito do governo” – diz o Sr. Manoel

b) CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO

O Sindicato dos trabalhadores rurais de Canindé do São Francisco foi fundado em 1985 no povoado capim grosso em posteriormente foi transferido para a sede do município. O mesmo teve como fundador o Sr. Jose de Preto e tendo a participação da

diocese de própria neste processo. Para conduzir os trabalhos e ser o primeiro presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município foi escolhido o Sr. José Preto. O STR parou suas atividades de 1990 a 1992 e retornando a funcionar a partir de 1992. Um dos pontos observado é que a política partidária tem grande influencia no movimento sindical neste município e por lado a consciência da importância da política social ficou em segundo plano.

No início, as principais lutas da categoria se concentravam nas seguintes questões: na previdência e a reforma agrária estes dois pontos foram os principais objetivos para a criação do STR em Canindé. Uma das principais conquistas do sindicato dos trabalhadores rurais de Canindé foi ter conseguido conscientizar os trabalhadores/as do seu papel dentro do movimento sindical e a estruturar o STR para atender os seus associados/as.

O MSTTR no alto sertão sergipano está organizado e estruturado, devemos em parte a política de desenvolvimento territorial implantada nesta região. Mais percebermos que alguns dirigentes estão muito acomodados, e não dando importância que merecer para espaço de discussão de políticas públicas para o desenvolvimento territorial do alto sertão sergipano, ou seja, temos que buscar cada vez mais melhoria para os trabalhadores/as rurais deste território não podemos ficar somente na presença e sim na participação efetiva colocando proposta e defendendo as mesmas.

c) POÇO REDONDO

O sindicato dos trabalhadores/as rurais de Poço Redondo foi fundado em 31/03/1973 e reconhecido em 01/07/1987. Uns dos principais fundadores do sindicato foram: Durval Rodrigues Rosa, Manoel Dionísio Cruz, Jose Cícero e a diocese de própria e a igreja local. O primeiro Presidente foi Durval Rosa e a sua filha ficou como tesoureira, posteriormente o Sr. Durval, ingressou na Política, sendo eleito prefeito do município, com sua saída do sindicato, o mesmo entrou em crise e passando a sede para o Povoado Sítios Novos. Pois, a sua arrecadação era suficiente para manter a estrutura na sede do município. Quando o Sr. Manoel Dionísio Cruz, assumiu a presidência trouxe o sindicato dos trabalhadores/as rurais de Sítios Novos, para sede do município. O dos fatos

importante naquele foi quando o presidente do Sindicato o Sr. Manoel Dioniso não aceitou o reconhecimento do Sindicato pelo Ministério do Trabalho, justificando que o STTR, fosse reconhecido pelo ministério do trabalho estaria ligado com o Governo. Por não aceitar o reconhecimento, os associados, recolheram assinatura, e deram a entrada ao reconhecimento e seguidas realizaram uma assembléia onde 80% dos associados presentes pediram o afastamento do presidente. Pedido esse aceito pela FETASE. No dia 1 de julho de 87, foi emitida a Carta de Reconhecimento do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Poço Redondo. Outro ponto presente dentro das atividades exercido pelo sindicato é o atendimento médico/odontológico e a falta de reuniões nos povoados (trabalho nas bases).

No início, as principais lutas da categoria se concentravam nas seguintes questões: reforma Agrária e a previdência social. Sendo que a reforma agrária ganhou destaque neste município em razão de grande latifúndio existente neste município o sindicato apoiou as primeiras desapropriações em parceria com a diocese de Própria e outros sindicatos do alto sertão tendo como exemplo as fazendas: da Barra da Onça, Pedra Grande e Flor da Terra. Deste o início deste processo de desapropriação os sindicalistas foram ameaçado de morte, em razão, da luta pela terra.

Atualmente, neste município temos a presença forte do MST, responsável pela maioria das desapropriações das fazendas. Constatamos que atuação do sindicato no município é muito fraca e com isso o as ações do MST se tornam absoluta dentro do município.

Da questão do Território, o sindicato dos trabalhadores/as rurais de poço redondo fica a deseja não tendo participação efetiva. Ou seja, não participa efetivamente das discussões propondo propostas e defendendo as mesmas, com essa deficiência o MST sai na frente neste processo de desenvolvimento territorial do alto sertão principalmente na política de reforma agrária.

d) MONTE ALEGRE

O Sindicato dos Trabalhadores rurais de Monte Alegre foi fundado em 31/03/1973 e reconhecido em 29/05/1975. Uns dos principais fundadores do sindicato foram: O Sr. Paulo Rodrigues Alves e a diocese de própria com o bispo dom Jose Vicente Távora. A operacionalização do processo se deu da seguinte forma. Inicialmente, os missionários organizaram uma reunião dos possíveis interessados a fim de articular uma comissão de trabalho para organizar o sindicato dos trabalhadores rurais de Monte Alegre de Sergipe. Naquela ocasião, a avaliação dos organizadores e os primeiros articuladores da luta sindical, eram de que a política pública de desenvolvimento rural na região estavam tendo resultados relativamente incipientes e de pequeno alcance na região. A ação da igreja foi muito importante para o processo de conscientização dos trabalhadores rurais a fim de participar do movimento sindical no município.

No início, as principais lutas da categoria se concentravam nas seguintes questões: reforma Agrária e a previdência social.

e) GARARU

O Sindicato dos trabalhadores rurais de Gararu foi fundado em: 27/08/1972. A primeira reunião para fundação do sindicato ocorreu debaixo de um pé de tamarindo, articulado pelo Sr. Alúcio Araújo e a igreja local através da diocese de própria. Que tinha como principal objetivo organizar os trabalhadores/as rurais, já que tinha a lei complementar nº11, e não havia sindicato para encaminhar os processos de aposentadoria dos trabalhadores rurais. Naquela época, primeiro se criava uma associação dos trabalhadores rurais, e conduzia o processo para o Ministério do Trabalho, para ser reconhecido como sindicato.

Uns dos principais fundadores do sindicato foram: Francisco Rodrigues de Farias, Gedalva Freitas, Aluisio Araújo e a igreja local através da diocese de Própria, que deram sustentação ao movimento sindical no município de Gararu.

No início, as principais lutas da categoria se concentravam nas seguintes questões: A Reforma Agrária, aposentadoria e melhoria da saúde do trabalhador rural. Naquela época, o STTR de Gararu tinha a reforma agrária como a principal bandeira de luta, apoiado pela Igreja local e a diocese de Própria e outros sindicatos do Alto Sertão, tendo participado da luta pela desapropriação das fazendas: Nova Esperança localizada no município, Barra da Onça localizado no município de Poço Redondo, e além de outros assentamentos.

Com a fundação do sindicato dos trabalhadores/as de Gararu a economia local teve um crescimento significativo e assim gerando desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida. Na década de 80 e 90, Outro ponto presente dentro das atividades exercidas pelo sindicato é o atendimento médico/odontológico.

Atualmente uma das bandeiras de luta importante para o movimento sindical local é: questão de gênero, o cooperativismo de crédito, agricultura familiar, asa, conselhos municipais, juventude, previdência social, reforma agrária, política de desenvolvimento territorial e outros. Quanto o Território, o STTR participa, e já foi contemplado com computador e moto, para o município, há muito projeto, porém segundo ele, o município apresenta-se inadimplente pra buscar recursos via território.

Quanto ao território, considera que necessita um maior empenho dos participantes, apesar de considerar positiva a sua existência. H

Hoje o sindicato tem aproximadamente 400 aposentados que contribui, porém considera ser um número superior, já que muitos não contribuem, chegando até a 1000 aposentados.

f) NOSSA SENHORA DA GLÓRIA

Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nossa Senhora da Glória foi fundado em 1962, por José Ficídio, que reuniu um número expressivo de trabalhadores e trabalhadoras do município com os quais se realizou a 1ª Assembléia e foi eleita a 1ª diretoria do STTR, onde Sr. José Ficídio foi eleito presidente. Sua fundação se deu

graças ao apoio da Igreja Católica, que na época era um dos, senão o principal apoio aos trabalhadores organizados.

Um dos pontos observados quanto à política partidária é que o sindicato, embora tenha apoiado a candidatura do atual prefeito da cidade, não teve esse apoio retribuído pelo mesmo, pois a relação entre a atual administração e o STTR local não é das melhores. Porém participe dos Conselhos Municipais, não tem tido resultados satisfatórios, pois a maioria dos participantes é representante da prefeitura, levando maiores vantagens e atendendo os anseios da mesma.

As principais lutas do Sindicato de Nossa Senhora da Glória se dão principalmente por meio das discussões do território, e são por uma assistência técnica de qualidade, buscando aumentar a produção e medidas para sanar as dificuldades enfrentadas na região do Alto Sertão Sergipano, como a falta de chuvas e de alimentos para os animais em determinadas épocas do ano. Além do PRONAF, que é uma conquista do movimento sindical e outras instituições acabam levando vantagem quando se trata do programa.

Discorrendo sobre as conquistas do STTR, podemos citar algumas alcançadas através do Território como a aquisição de uma moto e de um computador que auxiliam nos trabalhos do sindicato. É válido ressaltar que apesar das dificuldades enfrentadas o sindicato tem progredido, e enfatizar a necessidade de uma formação de base para os sindicalizados.

O sindicato da cidade tem contribuição expressiva quanto gerador de renda para o município, pois grande parte de recursos que movimentam o comércio local é advindo de sindicalizados através de benefícios encaminhados pelo STTR. “O sindicato não está aqui para fazer o bem para a prefeitura, e sim para o povo.” – diz o Sr. José Luiz.

Além da hidrografia, o clima é outro fator preponderante na caracterização do território por se encontrar na região semi-árido brasileiro a qual apresenta chuvas escassas e irregulares, embora o semi-árido sergipano se destaque pela proximidade com o oceano, em relação a outros estados do Nordeste meridional e pela presença do rio São Francisco.

Economicamente o território se caracteriza por uma diversidade de produção agropecuária e de atividades não agrícolas desenvolvidas tradicionalmente pela agricultura familiar com predominância dos seguintes produtos; feijão, milho, pecuária leiteira, criação de pequenos animais e artesanato.

Até os anos 80, a região apresentava uma estrutura fundiária bastante concentrada, com grandes latifúndios improdutivos sem cumprir sua função social, esmagando as pequenas áreas produtivas representadas pelos pequenos proprietários, antigos posseiros, meeiros, que estavam excluídos do processo de desenvolvimento.

A construção da barragem Xingo no final da década de 70, provocou uma série de impactos ambientais e conflitos sociais na região, resultando numa forte pressão e mobilização social com foco na reforma agrária. A união estratégica dos movimentos sociais (sindicatos dos trabalhadores rurais, MST, CPT) com apóio de lideranças políticas de esquerda no campo, possibilitou desencadear um processo de lutas com a ocupação de terras e o surgimento de acampamentos de sem terra, que resultaram nos assentamentos: Barra da Onça (Poço Redondo), Ilha do Ouro (Porto da Folha), Monte Santo (Gararu) e outros.

Os indicadores socioeconômicos do território são bastante baixos, caracterizando essa área como de desenvolvimento econômico insatisfatório, com a maior parte de seus municípios situando-se no décimo inferior das municipalidades brasileiras no que diz respeito ao grau de desenvolvimento humano - IDH.

O Alto Sertão Sergipano tinha, em 2000, uma população da ordem de 120 mil pessoas, sendo que quase 70 mil residiam nas áreas rurais. Soma-se a isso o fato de que dos seis municípios do território, cinco deles contam com populações urbanas inferiores a 10 mil habitantes e o outro município, Nossa Senhora da Glória, tem uma população urbana de pouco mais de 17 mil habitantes. Isso vem reafirmar o caráter eminentemente rural desse território.

Vale notar, ademais, que o comportamento demográfico no território é bastante peculiar no que diz respeito à população rural, pois esta apresentou uma taxa de crescimento anual entre os censos de 1991 e 2000 de 1,4%, com diminuição absoluta da população rural somente em Nossa Senhora da Glória de tão somente 30 pessoas. Chama a atenção, por outro lado, o crescimento das populações rurais das localidades de Canindé de São Francisco e Poço Redondo, tributário, em grande medida, dos assentamentos de agricultores sem-terra realizados nesses municípios durante a década de 90. Fica evidente a importância dos assentamentos no perfil demográfico do território quando se coteja os 15 mil domicílios rurais existentes, em 2000, pelo Censo Demográfico, com as 2.794 famílias assentadas até o presente momento. Os assentamentos selecionados para a elaboração de Planos de Recuperação no território são 39, abrangendo 1.314 famílias, tendo em vista que outras 690 famílias estão assentadas no Jacaré Curitiba, projeto que conta com investimento de envergadura em irrigação, sob convênio INCRA/MDA, CODEVASF/MI e Governo do Estado.

Tabela 1 - Pessoas residentes e domicílios particulares permanentes, nos municípios do alto sertão sergipano, segundo a situação do domicílio - 1991 e 2000.

Ano, situação e Unidade Município	1991				2000			
	Rural		Total		Rural		Total	
	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios	Pessoas	Domicílios
Canindé de S. Francisco	6.151	1.209	11.473	2.304	8.451	1.768	17.754	3.868
Gararu	8.086	1.577	10.465	2.117	8.375	1.915	11.363	2.646
Monte Alegre de Sergipe	4.559	870	9.589	1.986	5.119	1.096	11.587	2.685
Nossa Senhora da Glória	9.803	2.039	23.478	5.077	9.773	2.253	26.910	6.476
Poço Redondo	15.473	3.081	20.155	4.094	19.662	3.933	26.022	5.487
Porto da Folha	16.398	3.288	23.476	4.947	16.952	3.721	25.664	5.825
Total Território	60.470	12.064	98.636	20.525	68.332	14.686	119.300	26.987

Fonte: Censos Demográficos 1991 e 2000, IBGE (www.sidra.ibge.gov.br).

Vejamos, agora, a importância do segmento familiar na agropecuária do território. Para tanto, lançaremos mão das estimativas realizadas em estudos desenvolvidos, em 2001, no âmbito do convênio FAO/INCRA. Em ambos os estudos, realizados os Censo Agropecuários, identificaram-se os agricultores familiares e o público potencialmente beneficiário do PRONAF, a partir do emprego de critérios que delimitasse esses públicos. Consideraram-se agricultores familiares àqueles estabelecimentos em que predomina o uso de mão-de-obra familiar, contasse com área inferior a 15 módulos fiscais regionais e que a administração do empreendimento fosse realizada por membro da família residente no estabelecimento. Quanto aos pronafianos, aplicaram-se os critérios delimitadores dos

grupos de beneficiários, ou seja, restringiu-se o limite de área a quatro módulos e a utilização de mão-de-obra assalariada – permanente e temporária – e os níveis de renda aos parâmetros constantes do Plano Safra 1999/2000.

A tabela 2 mostra claramente a predominância da agricultura familiar, de modo especial dos estabelecimentos familiares mais pobres, quais sejam, os delimitados no grupo B. Esses, cuja renda bruta anual é inferior à R\$ 1.500, representavam 53% de todos os estabelecimentos agropecuários existentes em 1995/96. Agregando-se os agricultores classificados no grupo C, tem-se que 84% dos agricultores do alto sertão sergipano contam com renda anual bruta inferior à R\$ 8.000. Por outro lado, os agricultores dos grupos B e C apropriam-se de tão somente 11% e 25% da área total, respectivamente.

Tabela 2 -Estabelecimentos e área total dos estabelecimentos agropecuários, segundo tipos de produtores, nos municípios do alto sertão sergipano – 1995/96.

Municípios	<i>estabelecimentos (nº)</i>						<i>Área (ha)</i>					
	Total	Total Familiares	Pronaf	Grupos A B C			Total	Total Familiares	Pronaf	Grupos A B C		
Canindé de S. Francisco	1.363	1.260	1.204	777	374	53	70.074	22.695	13.264	2.814	7.659	2.790
Gararu	2.196	2.004	1.824	1.195	566	63	52.766	36.076	30.731	6.976	18.052	5.702
Monte Alegre de Sergipe	1.042	980	950	530	359	61	33.839	20.532	18.751	4.015	10.001	4.735
Nossa Senhora da Glória	2.738	2.523	2.459	1.715	647	97	69.263	37.818	32.171	9.400	16.189	6.583
Poço Redondo	2.071	1.931	1.813	1.059	688	66	87.502	41.879	37.494	10.417	22.177	4.900
Porto da Folha	2.493	2.245	2.225	1.065	1.022	138	74.182	47.576	40.780	7.309	24.115	9.355
Total Território	11.903	10.943	10.475	6.341	3.656	478	387.626	206.577	173.190	40.932	98.194	34.065
Total Estado	99.774	89.983	84.510	61.277	20.923	2.310	1.702.628	780.282	595.263	231.530	284.695	79.038
Participação % território	12	12	12	10	17	21	23	26	29	18	34	43

Fonte: Di Sabbato, 2000.

A importância do território no estado em termos do número e da área ocupada pelos estabelecimentos situa-se, respectivamente, em 12% e 23%, não se alterando muito quando se considera o segmento familiar e pronafricanos. Sobressai-se quando se consideram os agricultores pronafricanos dos grupos C e D, especialmente para esses últimos. Nesse caso – grupo D, o território responde por 21% dos estabelecimentos do estado e por 43% da área por eles ocupada. Situação semelhante se verifica para os agricultores pronafricanos do grupo C. Pode-se creditar isso ao fato de que, nessa região, para que os agricultores familiares sejam mais capitalizados e integrados aos mercados nessa região é fundamental que possuam áreas maiores, tendo em vista as piores condições edafo-climáticas. Depreende-se que se correta tal hipótese deve ter prioridade tanto os investimentos em irrigação para os agricultores familiares e assentamentos, como políticas de reordenamento agrários, com o intuito de ampliar as áreas dos estabelecimentos de agricultores familiares e o tamanho dos lotes concedidos aos assentados. Em outras palavras, os estabelecimentos agropecuários familiares não apresentam as mínimas condições de sustentabilidade com a extensão de terras que possuem, ainda que se efetive a irrigação de suas terras.

Quando se analisam os dados municipais, sobressai-se a situação de Canindé de São Francisco, pois se a participação dos estabelecimentos de agricultores familiares no total de estabelecimentos é semelhante à observada nos outros municípios, a parcela da área total por eles apropriada é muito inferior ao que se verifica no restante da região. Efetivamente, enquanto a participação dos estabelecimentos de pronafricanos no município é de 88% e nos outros se situa entre 83% e 91%, a área por eles apropriada é de somente 19%, bastante diferente do intervalo entre 43% e 58% que se situam para o restante dos municípios. Esse quadro fica mais bem caracterizado ao se observar às áreas médias dos diferentes tipos de estabelecimentos, apresentadas na tabela 3. Verifica-se que Canindé de São Francisco apresenta a maior média para o conjunto dos estabelecimentos agropecuários e os menores no caso dos estabelecimentos classificados como potencialmente beneficiários do Pronaf. Ora, isso significa que os estabelecimentos “patronais”, nessa localidade, têm tamanhos bastante superiores aos localizados nos municípios vizinhos – 552 hectares contra 184 hectares.

O quadro de concentração fundiária, em que chama a atenção a expressiva presença de estabelecimentos agropecuários de pequeníssimo porte, é o que caracteriza o território, mesmo quando se desconsidera o caso extremo de Canindé de São Francisco. É alarmante observar que a área média de 90% dos estabelecimentos agropecuários da região situa-se, dependendo do município, entre 9 hectares e 19 hectares. Não resta dúvida que os baixos indicadores sociais e econômicos do território, que serão apresentados a seguir, decorrem da insuficiência de terra da quase totalidade dos agricultores aí localizados.

Passando para a apresentação e análise dos indicadores sociais e econômicos, ou melhor, daqueles que caracterizam o grau de desenvolvimento humano do território, ficará clara a precariedade em que vivem as populações aí residentes. Na tabela 3, onde conta à evolução, na década de 90, do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Alto Sertão Sergipano e como se comportaram cada uma das áreas constituintes desse indicador sintético. Inicialmente deve-se apontar que houve uma melhora relativamente expressiva no IDH-M dos municípios do território, da ordem de 30%, significando a passagem de todos eles para o nível do médio desenvolvimento humano. Ou seja, em 1991 dos seis municípios do território, somente um apresentava IDH-M superior a 0,500, limite inferior do que se definiu médio desenvolvimento humano. Cabe destacar que essa melhora não foi uma particularidade dessa área, pois em todo o país se assistiu a uma diminuição muito expressiva no número de municípios com baixo desenvolvimento humano. Em 1991, 983 municípios tinham IDH-M inferior a 0,500, restando somente 21 nessa situação, em 2000.

Tabela 3

Evolução do IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) nos municípios do Alto Sertão Sergipano e no Estado de Sergipe, 1991/2000.

Variáveis	IDH Municipais		Participação na							Estrato % de		
	1991	2000	Variação %	educação	longevidade	na renda	Taxa de alfabetismo	Taxa de freqüência à escola	de Mortalidade infantil	Renda per capita	1991	2000
<i>Canindé de São Francisco</i>	0,452	0,580	28	55,4	30,3	14,4	33	92	-38	39	6	9
<i>Gararu</i>	0,454	0,572	26	57,2	31,3	11,5	34	66	-37	28	7	8
<i>Monte Alegre de Sergipe</i>	0,436	0,568	30	64,1	20,7	15,2	52	81	-29	43	4	7
<i>Nossa Senhora da Glória</i>	0,524	0,631	20	62,7	16,3	21,0	32	52	-21	50	25	25
<i>Poço Redondo</i>	0,405	0,536	32	76,5	25,1	-1,5	72	127	-33	-3	1	2
<i>Porto da Folha</i>	0,461	0,556	21	75,4	17,2	7,4	36	65	-20	13	8	5
<i>Estado</i>	0,597	0,682	14	55,5	28,0	16,5	17	34	-26	28	42	41

Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000 Ipea/Pnud/FJP.

Foram nos municípios de menor IDH onde ocorreram os maiores aumentos percentuais do IDH-M, situação que se verificou, também, no território. E a principal razão para essa melhoria no IDH-M foi o desempenho dos indicadores educacionais. Como se pode observar, a componente educação foi responsável por até $\frac{3}{4}$ do crescimento no IDH-M, sendo que a menor contribuição foi de 55,4%, no caso de Canindé do São Francisco. Houve, como se pode notar, crescimento expressivo na taxa de freqüência à escola e, em menor grau, na taxa de alfabetismo da população adulta. Chama a atenção os casos de Poço Redondo e de Monte Alegre de Sergipe, que tiveram aumentos expressivos nessas taxas, tendo, Canindé de São Francisco, apresentado um crescimento na taxa de freqüência a escola bastante elevada. Essa melhoria na educação encontra-se evidente na tabela 4, onde consta o desempenho na década de 90 de importantes indicadores socioeconômicos no Alto Sertão, entre os quais os educacionais. A taxa de analfabetismo no território diminuiu de

62% para 47% e o percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola subiu de 55% para 92%. Há, todavia, que ter presente que quase metade da população adulta analfabeta é demasiadamente elevada, assim como é extremamente reduzida à escolaridade média dessa população de somente 2,6 anos de estudo. E, ademais, se foi conquistada a universalização da educação fundamental, falta ainda muito, como se sabe, em termos de sua qualidade.

Tabela 4 - Desempenho de Indicadores Socioeconômicos Selecionados no Alto Sertão Sergipano, 1991/2000.

	Anos	
Variáveis	1991	2000
Educação		
Percentual de pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	62	47
Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade	1,6	2,6
Percentual de crianças de 7 a 14 anos na escola	55	92
Habitação		
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	32	52
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica e geladeira	20	40
Percentual de pessoas que vivem em domic. c/ densid. acima de 2 pessoas por dormitório	31	26
Renda		
Renda per Capita (R\$ agosto de 2000)	58,11	75,05
Percentual da renda proveniente de transferências governamentais	9	15
Intensidade da indigência	43	63
Razão renda 10+/40-	13	34
Índice de gini (média dos índices municipais ponderados pelas respectivas rendas totais)	0,50	0,64

Fonte Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000, Ipea/Pnud/FJP.

A contribuição do componente longevidade foi importante em alguns dos municípios do território, como Canindé de São Francisco e Gararu e, em menor grau, em Poço Redondo. O que vale notar é que, em média, houve um decréscimo importante na mortalidade infantil nos municípios do território da ordem de 30%, situando-se hoje entre 52,7‰ e 76,2‰ (tabela 5), o que ainda é extremamente elevado. Logo, muito há que se

avançar na área da saúde, o que significa, entre outras coisas, melhorar as condições das moradias. Essas, como se pode ver na Tabela 4, ainda são precárias, pois quase 50% dos domicílios não têm canalização de água e banheiro e 26% das pessoas estão em domicílios com mais de dois componentes por dormitório.

No que se refere ao componente renda, verifica-se uma dispersão em termos de contribuição. Ou seja, enquanto em Nossa Senhora da Glória o crescimento da renda de 50% foi responsável por 21% do crescimento do IDH-M, em Poço Redondo assistiu-se a uma queda na renda per capita, logo a uma contribuição negativa do índice parcial da renda.

O que de fato se observa no âmbito da renda é um aumento bastante significativo da desigualdade e da pobreza/indigência, acompanhado de um crescimento relativamente bom da renda, devido, sobretudo, ao incremento nas transferências, especificamente das aposentadorias rurais. Efetivamente, enquanto a renda per capita no território aumentou na década em 30%, com as transferências quase que dobrando sua participação, a participação da população indigente aumentou 20 pontos percentuais. Quanto à desigualdade, a relação entre a renda média dos 10% mais ricos frente à dos 40% mais pobres aumentou de 13 para 34 vezes. (tabela 4)

Tabela 5 - Comportamento na Década de 90 da Taxa Bruta de Frequência à Escola, da Taxa de Alfabetismo, da Taxa de Mortalidade Infantil e da Renda per capita no Alto Sertão Sergipano.

Municípios	Taxa bruta de frequência¹ escola (1) (%)	Taxa de alfabetismo² população adulta (2) (%)	Mortalidade até um ano de idade (‰)	Renda per Capita (R\$ agosto de 2000)
Canindé de S. Francisco	73,6	57,4	61,4	91,65
Gararu	75,2	60,3	60,4	67,67
Monte Alegre de Sergipe	78,2	60,4	70,4	73,38
Nossa Senhora da Glória	78,9	67,8	52,7	109,97
Poço Redondo	79,3	54,3	66,2	46,87
Porto da Folha	78,4	63,1	76,2	59,54
Estado	81,5	74,8	48,5	163,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

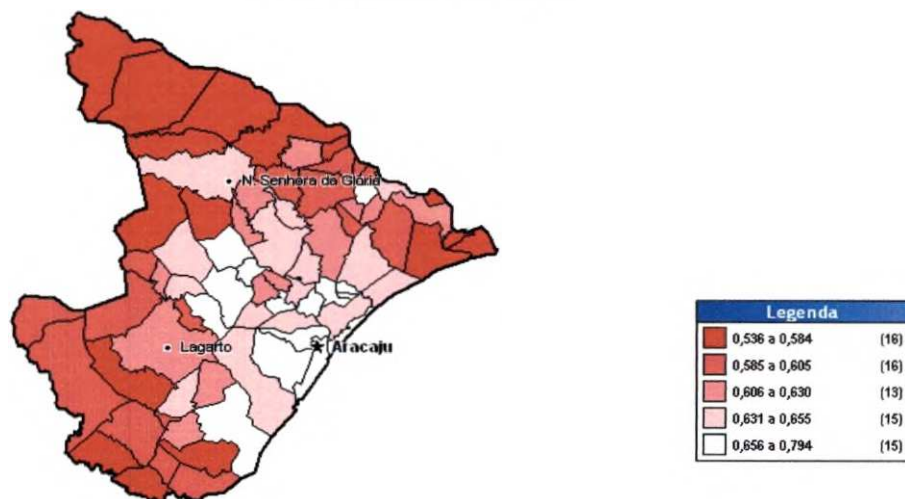
(1) A taxa bruta de frequência é a razão entre a soma das pessoas (todas as idades) que frequentam os cursos fundamentais, secundários e superiores e o total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.

(2) Pessoas com 25 anos ou mais

O Mapa 2, abaixo, ilustra o fato de que o Território do Alto Sertão Sergipano se sobressai negativamente, pois é aonde há uma concentração de localidades com os menores IDHs-M do estado. Vale, nesse sentido, retomar uma informação da tabela 3, onde se verifica que a quase totalidade dos municípios do Alto Sertão Sergipano se situam entre os 10% municípios com os piores IDHs-M do país. Os estudiosos apontam para o fato de que uma das principais causas da pobreza rural e do baixo nível de desenvolvimento humano dessas populações está relacionada à, de um lado, insuficiência de terras e, de outro, a oferta insuficiente e pouco qualificada de serviços, bens e equipamento públicos.

Mapa 2 – FIGURA 03

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2000
Municípios do Estado de Sergipe



FONTE:SDIT/MDA

A tabela 6 responde à questão de quais são as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no Alto Sertão Sergipano e no segmento familiar especificamente. A pecuária leiteira é a principal atividade agropecuária, em termos de Valor Bruto da Produção, no território, o que não ocorre quando se consideram os agricultores familiares pobres. Nesse caso, o posto de destaque cabe ao cultivo do feijão, salvo em Nossa Senhora da Glória e em Monte Alegre de Sergipe, onde milho e leite ocupam, respectivamente, essa posição.

Tabela 6 - Principal produto, em valor bruto da produção, da agropecuária territorial e de sua agricultura familiar – Alto Sertão Sergipano, 1995/96.

Município	Tipo produtor		
	Total e familiares	Grupo B	Grupo C e D
<i>Canindé de São Francisco</i>	Pecuária de leite	Feijão	Hortaliças
<i>Gararu</i>	Pecuária de leite	Feijão	Pecuária de leite
<i>Monte Alegre de Sergipe</i>	Pecuária de leite		
<i>Nossa Senhora da Glória</i>	Pecuária de leite	Milho	Pecuária de leite
<i>Poço Redondo</i>	Pecuária de leite	Feijão	Pecuária de leite
<i>Porto da Folha</i>			

Fonte: Di Sabbato, 2000.

A pecuária leiteira responde por cerca de 1/3 do Valor Bruto da Produção tanto na agropecuária territorial com um todo, como no segmento familiar. Nos agricultores familiares classificados no grupo C esta participação atinge a 40%, enquanto nos mais pobres – do grupo B – é menor, pouco mais de 1/5. O que se depreende dos dados da estrutura produtiva dos grupos de agricultores familiares, apresentados na tabela 11, é que os agricultores familiares de menor renda apresentam uma maior diversificação produtiva, sendo que as lavouras do feijão e do milho representam metade do VBP total do grupo B. Já os agricultores do grupo C e D têm na pecuária leiteira e de corte as atividades mais importantes, representando mais de 50% do VBP. Sobressaem-se, no caso dos agricultores familiares classificados no grupo D do Pronaf, aqueles cultivos relacionados à alimentação animal.

CAPITULO III

3.1 CAMINHOS TEÓRICOS METODOLOGICOS TRILHADOS NA PESQUISA

a) Sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com: os ex-dirigentes, associados, diretores atuais dos STTR'S, membros do colegiado e diretores da FETASE. A pesquisa foi aplicada nos sindicatos de Trabalhadores Rurais dos seguintes municípios: Porto da Folha, Gararu, Monte Alegre, Canindé do São Francisco, Poço Redondo e Nossa Senhora da Gloria. Os municípios citados localizam-se no território do Alto

b) Pesquisa Bibliográfica

Foi fundamentada em renomados autores nacionais e internacionais, tendo como objetivo, esclarecer qualquer fator que venha a contribuir com a ocorrência de determinado fenômeno. Portanto, nossa pesquisa será desenvolvida com base em farto material publicado (fonte secundária) e de caráter descritivo.

c) Instrumentos e procedimentos

- **Análise documental:** Livros, revistas, jornais, artigos, pesquisa na internet, ata, cadernos de texto e outros.
- **Entrevista:** foram realizadas entrevistas com os dirigentes sindicais atuais, ex-dirigentes sindicais, associados, membros do colegiado, diretores e ex-diretores da FETASE,

d) Análise das informações coletadas

A análise e interpretação das informações coletados em campo, se deu de forma sistemática a fim de que se possa conseguir respostas às indagações, e, em busca de estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos, as questões formuladas, os objetivos propostos e ao tema.

- Reunião com os diretores dos sindicatos dos trabalhadores rurais do território, promovendo o conhecimento do projeto com o debate de ações a serem desencadeadas;

- Internalização dos conhecimentos práticos relacionados com o desenvolvimento territorial;

- Qualificação dos dirigentes sindicais para os desafios futuros, antecipados pelas tendências presentes;

- Implementação de ações destinadas a capacitar atores atrizes no sentido de superar as crises do mundo de hoje compreendendo as mudanças atuais e suas implicações para as gerações futuras;

- Oportunidades de trabalhar os conceitos no sentido de garantia da cidadania, direitos sociais e acesso a políticas públicas;

CAPÍTULO IV

4.1 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALTO SERTÃO SERGIPANO E A PARTICIPAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

4.2 Abordagem territorial

De início é preciso estar consciente que a utilização do qualificativo “territorial” ao planejamento ou ao desenvolvimento impõe algumas precisões teórico-metodológicas. Nesse sentido, cumpre ressaltar que, como se observou em trabalhos anteriores (Sabourin & Teixeira, 2002) o conceito de “território” envolve uma forte polissemia intelectual entre diferentes abordagens e autores. Pretende-se, pois a seguir - não podendo deixar de ser esquemático e, até certo ponto, correndo o risco do estigma, embora necessário para os propósitos deste trabalho – evidenciar que, de maneira subjacente às principais abordagens da questão territorial, podem-se destacar aquelas em que sobressaem:

- *Os argumentos jurídico-políticos*

Nestas análises procura-se focalizar as circunscrições e controles pelos qual o território é delimitado e controlado por determinado poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas, ignorando as fronteiras políticas. Estas abordagens são bastante comuns nas ciências geográficas e podem ser exemplificadas pelo trabalho do geógrafo M. C. Andrade (Andrade, 1995).

- *Os argumentos culturais*

Estes autores investem na dimensão simbólica e subjetiva que forma e molda o território. Assim, o território é percebido como produto resultante da apropriação pelo imaginário e pela identidade social de um grupo social sobre o território. A valorização dos aspectos culturais é muito comum nos trabalhos de cunho antropológico e etnológico. Pode-se ter um exemplo no trabalho de precisão metodológica do francês P. Tizon (Tizon, 1996).

- *Os argumentos econômicos*

Estes estudos procuram ressaltar o processo de territorialização sempre como o produto de uma disputa, mas com duas nuances específicas. De um lado, há os autores que preconizam que o território é o resultante espacial de uma luta de classes sociais na relação capital-trabalho. Isto é, o território representa o *lócus* da reprodução das relações sociais de produção, como revelam as análises de H. Lefébvre, por exemplo, (Lefébvre, 1976). De outro lado, também há os autores que ressaltam o território como o produto de uma disputa econômica dos grupos empresariais, numa acirrada “guerra de lugares” como o caso de M. Santos (Santos, 1999).

- *Os argumentos semiológicos*

Trata-se dos autores que procuram analisar os territórios mais como fluxos e redes e menos como espaço. Para eles, o território precisa ser estudado pelo prisma da tecnologia, da informação, onde fluxos informacionais e redes redefinem uma territorialidade para além do espaço concreto. É o caso, por exemplo, da análise ao nível da “semiosfera” proposta por Raffestin (Raffestin, 1988).

- *Os argumentos psicossociológicos*

Alguns autores tentam relacionar territorialização a um processo subjetivo que se estabelece tanto no plano individual quanto numa dimensão coletiva. Este é o caso, por exemplo, de F. Guattari (Guattari, 1985). Outros procuram ainda dar conta da relação entre os recursos naturais (espaço) e o social e cultural (espaço do simbólico), numa área delimitada formal ou informalmente, na definição de um território. Assim, o território de uma dada sociedade é percebido como um fenômeno imaterial ou simbólico, produzido pelo imaginário social, como procura ressaltar, por exemplo, M.D. Moraes (Moraes, 2002).

- *Os argumentos da prática histórica, oriunda da Pesquisa & Desenvolvimento.*

Para estes autores, sempre engajados em processos de pesquisa-ação, o “território não seria um simples suporte físico e material das atividades econômicas ou um quadro de

localização dos atores sociais, mas um espaço construído historicamente e socialmente, onde a eficiência das atividades econômicas é fortemente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a este espaço”. O território seria, então, um resultado e não um dado a priori, como ressalta o relatório de pesquisa do CIRAD. (Cirad, 1996).

Como se podem observar, diversas abordagens procuram ressaltar diferentes dimensões do processo de territorialização. No entanto, mais do que imaginar que se trata de abordagens que são contraditórias ou contrárias em si, deve-se percebê-las como complementares entre si, fornecendo uma idéia dos diversos aspectos que precisam ser levados em conta para compreender os processos de definição dos territórios.

Nesse sentido, do ponto de vista do planejamento do desenvolvimento sustentável, importa pensar uma compreensão da questão territorial fundamentalmente em conjunto com os atores sociais envolvidos, isto é de maneira participativa. Por isso a idéia de “territórios de identidade”, que se definem num processo de construção de territórios pelos atores sociais.

Portanto, embora faça parte de uma política pública pensada para o meio rural, a definição de território proposta pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) parece suficientemente geral para representar a idéia sustentada neste trabalho. Assim, segundo o texto MDA (2004), o território pode ser definido como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial”.

4.3. OS “TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE”.

Esta compreensão de território que acaba de ser fixada permite pensar que, a questão da identidade é fundamental no processo de construção dos territórios. Mas, de que maneira a identidade de um território pode ser percebida? Em que dimensões ela se expressa? Como se pode limitá-la? Ora, como são socialmente construídos, os territórios se consolidam num

processo em que o sentimento de pertencimento coletivo dos atores sociais se manifesta cada vez mais numa adequação histórica às condições de vida (naturais, sociais, econômicas, etc) do território. Assim, como revelam as análises da SDT do Ministério de Desenvolvimento Agrário¹, é possível se perceber a identidade territorial como sendo expressa através de algumas dimensões principais da reprodução dos atores sociais, tais como:

- **Econômico-Produtiva**

A forma como historicamente as populações tem coletivamente construído sua reprodução econômica e social num dado espaço imprime, tanto ao espaço como às populações envolvidas, determinadas características produtivas que permitem que se perceba isso como a “dimensão sócio-econômica” da identidade de um dado território. É através destas características da identidade territorial que se pode mobilizar a busca de eficiência econômica do território, da capacidade de inovar, de diversificar, de usufruir e de articular recursos locais a fim de gerar oportunidades de trabalho e renda, de fortalecer as cadeias produtivas do território e de integrar os fluxos e redes de empreendimentos econômicos.

- **Social**

O processo de construção dos territórios revela as condições sociais em que as populações engajadas foram enfrentando ao longo do tempo. Tais elementos deixam características importantes na identidade territorial, de uma forma tal que, a busca de uma maior equidade social – que resulte numa maior participação de todos os atores sociais nas estruturas de poder político e econômico – deve levar em conta essa história de convivência nas condições do território.

- **Político-institucional**

Nesta dimensão da identidade territorial interessa perceber a forma como os atores sociais do território historicamente construíram suas relações sociais e políticas e definiram suas perspectivas institucionais de empoderamento. Para os fins de

apropriação social do processo de planejamento e da criação de possibilidades de empoderamento das organizações sociais envolvidas, é fundamental o incentivo a institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.

- **Sócio-Cultural**

No processo de definição da identidade territorial o papel das inúmeras manifestações sócio-culturais dos atores sociais é central na determinação das próprias fronteiras do território. A identidade territorial, nesta dimensão, se constrói tendo como referência à história, os valores e a cultura do território. É sabido por todos que, ao longo do tempo, em contínua interação com as condições dos recursos naturais, dos projetos coletivos que decorrem de sua utilização e das influências culturais recebidas, gera-se uma experiência cultural específica que se revela nas expressões materiais – arquitetura, arte, instrumentos, tecnologias, etc. – e nas criações imateriais – rituais, cantos, culinária, danças, celebrações, etc. – de um dado território.

- **Geoambiental**

As características geoambientais são fundamentais na determinação da identidade territorial e na definição dos seus limites. É sobre estas identidades naturais, de determinadas porções territoriais, que se constroem os “territórios de identidade”. Para isso, é fundamental compreender o meio ambiente como um ativo central no processo de desenvolvimento, condicionando a própria evolução da dinâmica sócio-econômica de dado território. Do ponto de vista do desenvolvimento é preciso, pois ter como condicionante central à idéia da sustentabilidade e da gestão coletiva dos recursos naturais, assegurando sua disponibilidade também para as gerações futuras do território.

Tendo em conta as dinâmicas sociopolíticas e econômico-produtivas de cada território, onde se verifica que elas se diferenciam se complementam e se relacionam; pode-se perceber que, a necessidade e importância de um planejamento governamental em bases territoriais se sustentam em três pilares principais: diversidades econômicas dos territórios (diferentes potenciais produtivos); identidades culturais; e formação ou fortalecimento do capital social e das redes sociais (articulação, cooperação, solidariedade...). Assim, os

territórios trazem, historicamente, uma identidade e um sentimento de pertencimento a partir dessas dimensões, representadas nas suas histórias, tradições, seu modo de vida, abstraído da realidade concreta de cada região.

4.3 Desenvolvimento territorial do Alto Sertão Sergipano

Economicamente o território do alto sertão sergipano se caracteriza por uma diversidade de produção agropecuária e de atividades não agrícolas desenvolvidas tradicionalmente pela agricultura familiar com predominância dos seguintes produtos: feijão, milho, pecuária de leite, criação de pequenos animais (ovinos, caprinos e suínos), apicultura, artesanato e outros.

Apesar de toda essa diversidade de produção agropecuária ou não os indicadores socioeconômicos do território ainda são bastante baixos, caracterizando essa área como de desenvolvimento econômico insatisfatório, com a maior parte de seus municípios situando-se no décimo inferior das municipalidades brasileiras no que diz respeito ao grau de desenvolvimento humano – IDH.

A agricultura familiar predomina claramente no território, de modo especial os estabelecimentos das famílias mais carentes com renda bruta anual de R\$ 1.500,00. Apesar desses dados o território vem se destacando de forma eficiente na cadeia produtiva do leite e do mel, aonde temos experiências brilhantes nos municípios do território. Outro ponto importante são a participação e atuação dos movimentos sociais dentro do território (FETASE, MST, MPA e outros).

O que de fato devemos observar no âmbito da renda é um aumento bastante significativo da desigualdade e da pobreza, acompanhado de um crescimento relativamente bom da renda, devido, sobretudo, ao incremento nas transferências, em especial das aposentadorias rurais.

No que se refere ao componente renda, verifica-se uma dispersão em termos de contribuição. Ou seja, enquanto em Nossa Senhora da Glória o crescimento da renda e de 50% e responsável por 21% do crescimento do IDH. Em Poço Redondo temos uma queda na renda per capita, logo a uma contribuição negativa do índice parcial da renda.

4.5. A Participação do Movimento Sindical no território.

Constatamos que a participação dos dirigentes sindicais no colegiado ainda é muito frágil e entendemos que o MSTTR do Alto Sertão Sergipano precisa dar maior importância e valorização ao fórum do colegiado. Os seja, mostra a mesma força de participação que utilizaram para criarem os conselhos municipais a exemplo de: conselhos de municipais de desenvolvimento rural sustentável, educação, saúde e outros. "O MSTTR tem que dar maior atenção à política de desenvolvimento territorial. Pois, estamos somente ficando na reclamação e acomodando-se e não se preocupando e fazer articulação com os parceiros no território. Manoel de Serra presidente da CONTAG".

Vale ressaltar que algumas discussões têm avançado dentro do território como aquisição de equipamentos para auxiliar as atividades do movimento sindical.

O MSTTR do alto sertão vem desenvolvendo atividades que embora tragam benefícios para as comunidades, mas algumas delas não são responsabilidades suas e sim do governo (médicos oftalmologistas e outros). Outro ponto forte no movimento sindical, atualmente é a previdência social, embora não tenha abandonado a luta pelos direito dos trabalhadores rurais. Percebemos claramente que aposentadoria rural é ação principal do MSTTR do alto sertão sergipano.

4.6A contribuição dos STTR's como gerador de renda para os municípios do território.

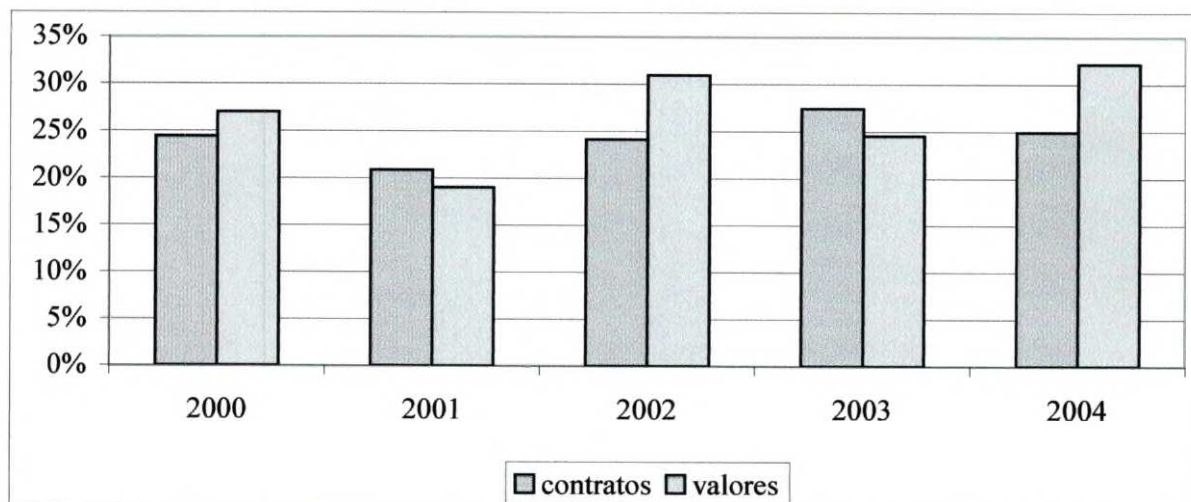
O MSTTR tem contribuído de forma expressiva enquanto gerador de renda para os municípios do território. Pois, grande parte destes recursos que movimentam o comércio da região é advindo de sindicalizados através de benefícios encaminhados pelo os sindicatos de trabalhadores rurais do território. Ver tabelas em anexo.

Atualmente, são aproximadamente sete milhões de benefícios rurais pagos mensalmente pela previdência social. Segundo o IBGE, cada benefício pago aos

trabalhadores e trabalhadoras rurais beneficia, em media, 2,5 pessoas que vivem em torno do beneficiado, isso representa quase 24 milhões de pessoas beneficiadas direta ou indiretamente. "além de ser um eficiente sistema de distribuição d renda, os beneficios previdenciários rurais tem ajudado a fixar homens e mulheres no campo, diminuindo, assim, o êxodo rural e a conseqüente pressão sobre as grandes cidades. Os estudos indicam ainda que, na época de entressafra ou perda de safra, devido a contingências climáticas, o beneficio pode ser considerado como uma espécie de seguro agrícola, garantindo a renda das famílias dos produtores rurais e, muitas vezes, servindo como uma fonte de financiamento da própria agricultura familiar. Refletem ainda na melhoria da qualidade da habitação rural, em aspectos como construção de casas de alvenaria, abastecimento de água, instalações sanitárias, acesso a energia elétrica e telefone (IPEA, 1999)". Outro aspecto relevante, que podemos destacar é que a previdência social chega em praticamente todos os municípios do país e, em mais de 60% deles, os valores dos beneficios previdenciários superam o valor repassado ao município a titulo de FPM – Fundo de participação do município (SOLON,2000). São mais de 1.6 bilhões de reais mensais pagos aos trabalhadores/as que são distribuídos em milhares de municípios.

a luta do movimento sindical nos últimos 10 anos colocou agricultura familiar em um novo patamar nos cenários agrícolas e sociais brasileiros, mostrando que este setor é de fundamental importância à dinamização sócio econômica e cultural de comunidades e municípios, permitindo a geração e sustentação de milhões d postos de trabalho, alem de produzir a maior parte dos alimentos que chegam a mesa dos Brasileiros e Brasileiras. Nesse sentido, uma importante conquista s e deu com o reconhecimento do potencial da agricultura familiar o que possibilitou a construção de políticas publicas diferenciadas de credito, ATER, capacitação, comercialização, previdência social, dentre outras, o que a destaca da agricultura patronal. Estas políticas públicas vem se consolidando do PRONAF. Outra ferramenta importante é a DAP Declaração de Aptidão ao PRONAF. Através da mesma enquadra os agricultores/as familiares como apto a tira o credito. Seja nas agencias bancarias ou cooperativa, na Conab e outros beneficios. Vejamos, agora, como tem sido o desempenho da principal política de apoio a agricultura familiar, o Pronaf-Crédito.

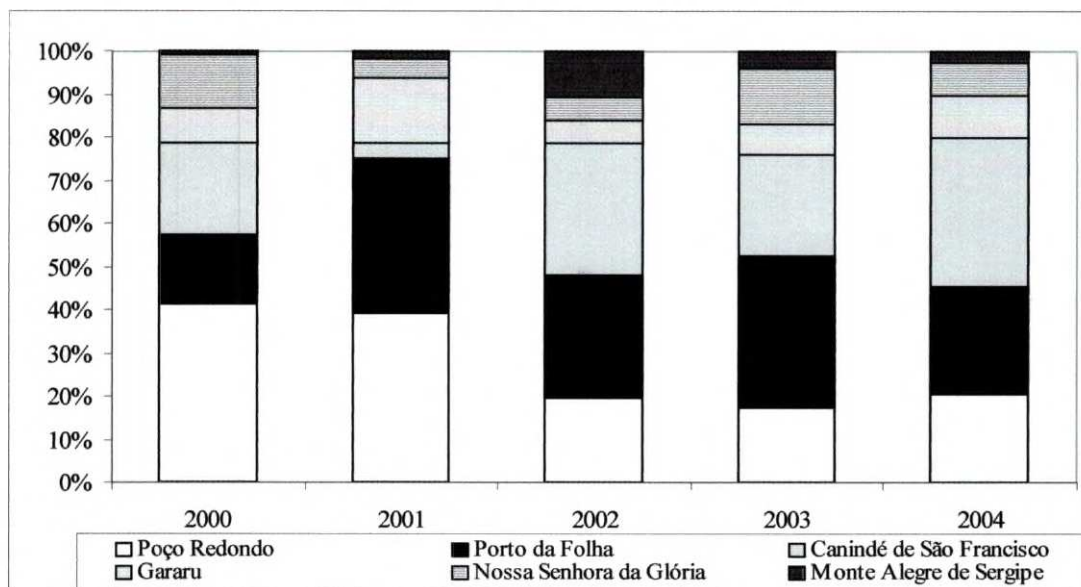
Quadro 01 - Evolução da Participação Territorial no Montante de Contratos e no Volume Financiado pelo Pronaf-Crédito em Sergipe, 2000-2004



Fonte: SAF/MDA

Tal quadro se reflete na distribuição dos recursos, segundo os municípios, que pode ser observada no gráfico 6. Em todo o período cerca de 80% dos recursos do PRONAF Crédito foram para os municípios de Poço Redondo, Porto da Folha e Canindé de São Francisco, onde se encontram quase 90% das famílias assentadas. Nos dois primeiros anos, destacaram-se os empréstimos para os assentados – PRONAF A – de Poço Redondo, sendo que, em 2000, teve, também, destaque o PRONAF, em Canindé de São Francisco, enquanto que, em 2001, se sobressaíram os empréstimos do PRONAF, em Porto da Folha.

Quadro 02 Estrutura de Distribuição do Volume de Empréstimos do Pronaf-Crédito nos Municípios do Alto Sertão Sergipano, 2000-2004.



Fonte: SAF/MDA

Tabela 07

CRÉDITO RURAL DO PRONAF - CONTRATOS E MONTANTE POR ANO AGRÍCOLA E ESTADO - 1998/2007

Região	Contratos	%	Montante (R\$ 1,00)	%
NE	2.989.740	34	5.946.148.950	21
S	3.963.961	45	12.802.965.482	46
N	415.808	5	2.383.814.998	9
CO	309.535	3	1.979.991.445	7
SE	1.207.996	14	4.864.001.964	17
TOTAL	8.887.040	100	27.976.922.840	100

4.7. Desafios do Movimento Sindical na relação com a estratégia territorial

Estimular a participação das lideranças sindicais no colegiado do território e no acompanhamento dos programas e projetos governamentais voltadas para o desenvolvimento rural, promovendo campanha estadual sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável.

Apesar dos avanços, o MSTTR precisa continuar investido na educação, capacitações e formação política dos dirigentes sindicais e técnicos/as para que os mesmo possam superar os desafios demandados pela dinâmica do desenvolvimento territorial. O movimento sindical deve incorporar e vencer o desafio na perspectiva da igualdade de gênero e o fim de todas as formas de discriminação baseada no sexo, idade, raça e etnia, precisa urgentemente avançar na formatação e implementação das políticas transversais de gênero, raça e etnia. Dentro do território isso implica em ter propostas específicas para as mulheres, jovens, idosos, pessoas de diferentes raças e etnias.

A estratégia a ser adotada pelo o MSTTR (CONTAG, STTR'S e FETASE) deve se orientar pela participação política e a gestão democrática na comunidade, município, território ou região, transformando os excluídos e marginalizados em cidadão e cidadãs, e nunca perde de vista a articulação entre o local, territorial com o global, e o rural com o urbano, na perspectiva de uma sociedade justa, democrática, igualitária e solidária.

A territorialidade já é uma estratégia adotada pelo movimento sindical em toda esfera nacional (nacional, estadual, regional e local), tem diversas ações em parceria com os programas e projetos governamental, como: PRONAF, SISCOP – Sistema CONTAG de organização da Produção (credito, produção e assistência técnica), Projeto de Capacitação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, com Ênfase na Educação do Campo, Projeto de Formação de Multiplicadores/as em Gênero, Saúde e Direitos Sexuais Reprodutivo e o PDHC – projeto Dom Helder Câmara, que em Sergipe atuar no Território do Alto Sertão Sergipano.

O MSTTR deve seguir adiante, visando estratégias que ampliem sua capacidade para o exercício teórico e pratico cotidiano como forma de garantir a implementação das políticas públicas diferenciadas já conquistadas para mais de quatro milhões de famílias da agricultura familiar – publico que sempre esteve à margem dos benefícios das políticas públicas do país.

Desde 1995, os Congressos Nacionais dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Constataram o fato de a sociedade brasileira estar passando por transformações profundas, trazendo novos desafios, sinalizando novas dinâmicas sociais e a recomposição do espaço rural.

Somos testemunha de um mundo onde predomina a pobreza, a crescente concentração de renda, a exclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, as injustiças extremas e a desenfreada violência. Pesquisa recentes da ONU apontam para a queda da qualidade de vida em todos os países e para o crescimento da fome no mundo na década de 90.

No contexto dessas transformações políticas, econômica, social, ambiental e cultural, ficou evidente a necessidade de construção de um novo modelo de desenvolvimento na perspectiva de sustentabilidade, priorizando o desenvolvimento humano, a preservação ambiental, a igualdade social e econômica com equidade de gênero, geração, raça e etnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desse trabalho, tentamos mostrar como a participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais foi importante para o processo de construção das políticas de desenvolvimento territorial tanto a nível nacional, regional e local. Mostrou também, fatos importantes desde a criação dos sindicatos dos trabalhadores/as rurais como: o surgimento do sindicalismo nos municípios e no território, as lutas e conflitos pela terra, os direitos dos trabalhadores/as rurais, mobilizações (grito da terra Brasil, marcha das Margaridas e outros), não podemos falar em movimentos sociais no campo em Sergipe, no período contemporâneo, sem que se coloque num plano de destaque a igreja católica progressista, como a principal indutora e/ou apoiadora da criação de entidades de representação sindical rural e dos movimentos de organização de trabalhadores rurais e mostra claramente maior conhecimento da realidade do movimento sindical rural na região desde a sua origem ao momento atual. Neste contexto o movimento sindical do território do alto sertão se destacam por duas concepções e correntes são: Cristãos e Amarelo (pelego), os cristão tinha como objetivos a luta contra as injustiças, desenvolver a função social do capitalismo, em vista de uma sociedade fraterna e justa, combate ao comunismo e evitar o agravamento dos conflitos sociais já os Amarelos tinha como objetivo: continuidade do capitalismo, negação da existência da luta de classe e uma sociedade harmoniosa.

As lutas sindicais ainda estão limitadas a algumas bandeiras de lutas, nos anos 80 o movimento sindical recebia contribuições financeiras em forma doações de vários organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial e outros. Com recursos suficiente em caixa o movimento sindical rural de acomodar-se e esquece de colocar em pratica as bandeira de lutas com mais eficiência e com isso ficou na dependência deste financiamentos realizado pelos os doadores no final dos anos 80 as organizações financiadoras sai de cena e o início dos anos 90 o MSTTR entra em crise, e somente a partir dos anos 92 e 93 o movimento sindical começa a se ergue. Pois, neste período foi assinado o convenio da datapreve (desconto dos aposentados), diante do processo vivido anteriormente o movimento sindical sente-se a necessidade de construir parcerias, com

objetivo de fortalecer os movimentos sociais e sindicais rurais. Apesar das ações do movimento sindical serem focada principalmente para a política previdenciárias. Percebe-se que a partir da criação do PRONAF começar a dar importância para outras políticas a exemplo de: crédito, gênero, geração, desenvolvimento rural, organização da produção e outras.

É real a necessidade de um processo formativo para os sindicatos do território. Para que os dirigentes tenham uma maior conscientização e concepção da necessidade de participar das discussões nos espaços que os mesmo ocupam, colocando proposta que realmente seja importante para melhoria da qualidade de vidas dos trabalhadores/as rurais e da cidade. Destacando o potencial da agricultura familiar na construção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Portanto, é uma necessidade imprescindível que os sindicatos dos trabalhadores/as rurais assumam uma dimensão mais propositiva dentro dos espaços político que participam, principalmente no que tanger o controle social percebe-se quer os sindicatos rurais são frágeis no desenvolvimento territorial.

Por ultimo, destacamos dois pontos importantes para o MSTTR, são eles: o Assalariamento Rural e a Política Agrícola.

No assalariamento rural as transformações forma grandes, entretanto, do ponto de vista das relações sociais e da estrutura agrária foram marginais. Torna-se fundamental, portanto, que se busque formas que impeçam a exclusão de grandes contingentes de trabalhadores/as no mercado de trabalho, como também a reversão do atual modelo agrário Brasileiro, democratizando o acesso a terra, priorizando o acesso a educação de qualidade de modo a promover a cidadania e melhoria da qualidade de vida e trabalho da juventude, de mulheres e homens. Para construir uma pratica diferenciada na relação capital/trabalho é fundamental considerar a dimensão do processo de inclusão social. Esse processo exige reconhecer a dimensão social de vida do outro e seus valores, de modo a possibilitar mudanças em amplitude e profundidade.

A política agrícola no Brasil ainda está longe deste rumo estratégico, mas a luta organizada do agricultor familiar tem feito crescer as esperanças de que isto venha a se concretizar. Nos últimos anos, principalmente após a redemocratização do país, em 1985, os movimentos sociais no campo têm conquistado espaços no estado para o

desenvolvimento de políticas específicas para a agricultura familiar. Um primeiro marco importante neste processo foi a criação, por decreto presidencial, do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar, em 1996. outra importante sinalização recente que abre novas perspectivas de influenciar o estado na direção de uma política consistente de longo prazo de estímulo à agricultura familiar foi a aprovação da lei da agricultura familiar (lei 11.326/06), em julho d 2006.

Por fim, como mais um elemento de análise sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, vale registrar ainda o crescimento do movimento pela agricultura ecológica, que ao longo prazo poderá introduzir elementos técnico produtivos novos que levem a uma rediscussão de algumas “verdades” da revolução verde, que ensejou o processo de modernização da agricultura.

“os movimentos camponeses expressam a indicação da presença social e política dos camponeses e trabalhadores rurais nas transformações contemporânea da nossa sociedade”. (Tavares dos Santos, 1998).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONTAG. (2004). **Revista dos 40 anos**. Brasília.

Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios rurais. Conceitos, controvérsia e experiências / editores e técnicos : Eric Sabourin ; Olívio Alberto Teixeira. – Brasília : Embrapa Tecnológica, 2002. 402p.

FAUSTO Boris. (1987). “A revolução de 1930”. In: Mota, Carlos Guilherme (org). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A. pp. 227 – 255.

IANNI, Octávio. (2004). **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: ADUSC.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. (2005). **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março.

MARTINS, José de Souza. (1991). **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec.

MARX, Karl. (1981). **A Origem do Capital: A Acumulação Primitiva**. 4ª ed. São Paulo: Global.

MEDEIROS, Leonide Servolo. (1989). **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE.

NUNES, Maria Thetis. (1996). **Sergipe Colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

RUI, José Carlos. (1986). “A presença dos anarquistas nos sindicatos”. In: **Revista Debate Sindical**, nº. 02; junho/julho/agosto.

SODRÉ, Carlos Werneck. (2003). **Síntese da História da Cultura Brasileira**. 20ª ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

Censos Demográficos 1991 e 2000, IBGE (www.sidra.ibge.gov.br).

Maiores desenvolvimentos metodológicos e implicações práticas da grade metodológica ora apresentada podem ser vistas no site do MDA: www.mda.gov.br/sdt

Anais do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhador Rurais de Sergipe. FETASE

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG/Secretaria de Finanças e Administração, Brasília/DF, 2006.

Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de desenvolvimento Territorial – SDT, março de 2005.

Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Secretaria de desenvolvimento Territorial – SDT Brasília – DF – Brasil, 30 de maio de 2005.

Projeto CUT/CONTAG – Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CONTAG – Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura. Maio de 2000.

Programa de Formação de Dirigentes e Técnicos em Desenvolvimento Local Sustentável com base na Agricultura Familiar. Brasília, setembro de 1997.

Projeto alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 1999.

Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil, São Paulo, Agosto de 1998.

Caderno de Texto da Escola Nacional de Formação da CONTAG, 2º Modulo Regional Nordeste, Aracaju, 04 a 10/11/2007.

ANEXOS

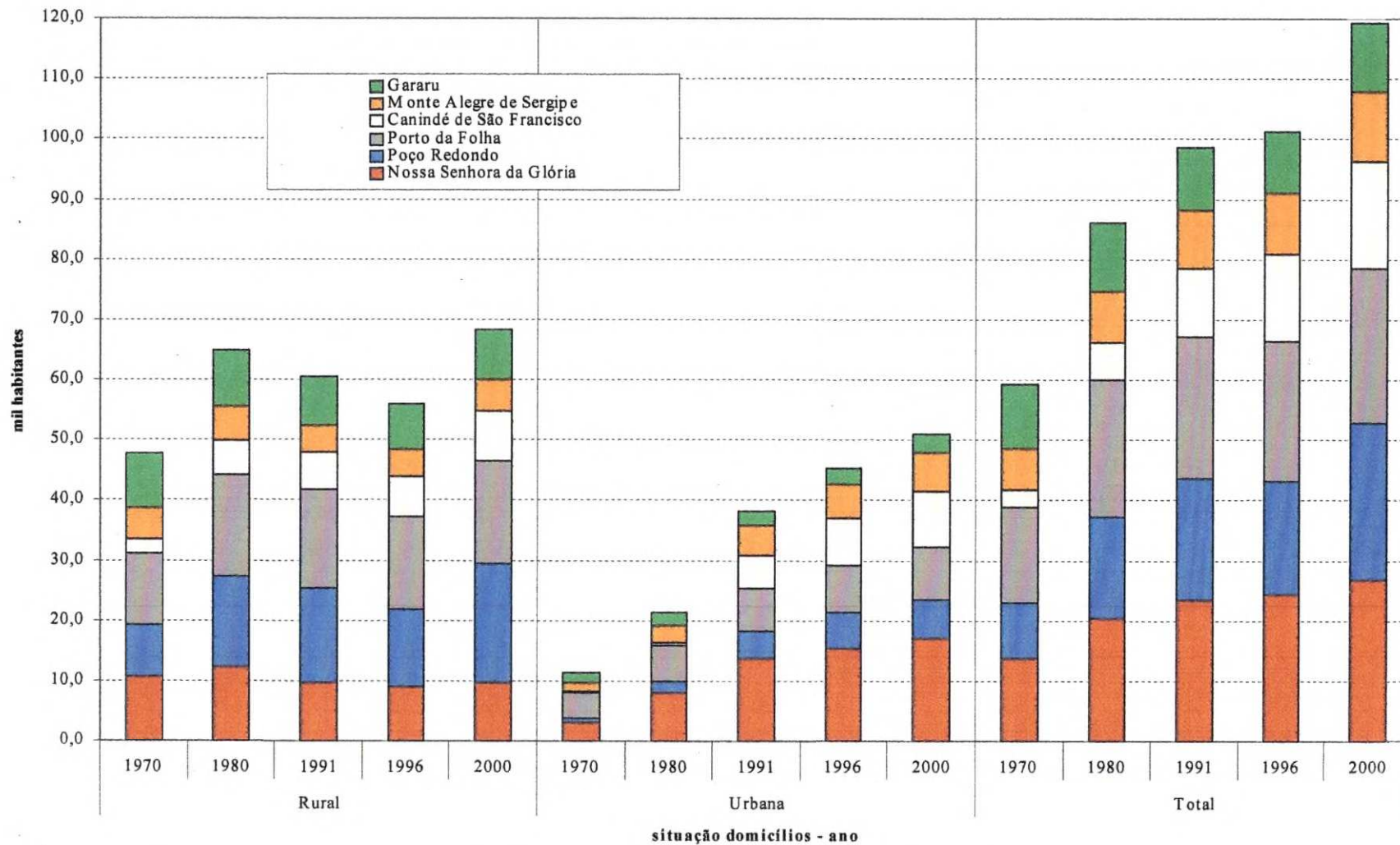
- Região do alto sertão sergipano, população total, urbano e rural, por município, 1970, 1980, 1991 e 2000.
- Evolução da população nos municípios do alto sertão – 1970 a 2000.
- Renda mensal domiciliar per capita, tamanho das famílias e importância das transferências na renda, alto sertão – 1991 e 2000.
- Número e valor dos benefícios previdenciários e assistências no território do alto sertão sergipano – 1996 a 2000.
- Desembolso e empréstimo públicos, em 2004, no território do alto sertão sergipano.
- Projetos de assentamentos instalados, área e capacidade de famílias, para períodos.
- Número, capacidade e área dos projetos de assentamentos de reforma agrária no alto sertão sergipano, períodos de instalação.

Região do Alto Sertão Sergipano, população total, urbana e rural, por município,
1970, 1980, 1991 e 2000

Ano	Canindé de São Francisco	Gararu	Monte Alegre de Sergipe	Nossa Senhora da Glória	Poço Redondo	Porto da Folha	Total
Total							
1970	2.837	10.689	6.730	13.716	9.298	15.924	59.194
1980	6.157	11.284	8.599	20.432	16.741	22.863	86.076
1991	11.473	10.465	9.589	23.478	20.155	23.476	98.636
2000	17.754	11.363	11.587	26.910	26.022	25.664	119.300
Urbana							
1970	376	1.705	1.413	3.116	784	4.085	11.479
1980	360	2.081	2.957	8.076	1.808	6.114	21.396
1991	5.322	2.379	5.030	13.675	4.682	7.078	38.166
2000	9.303	2.988	6.468	17.137	6.360	8.712	50.968
Rural							
1970	2.461	8.984	5.317	10.600	8.514	11.839	47.715
1980	5.797	9.203	5.642	12.356	14.933	16.749	64.680
1991	6.151	8.086	4.559	9.803	15.473	16.398	60.470
2000	8.451	8.375	5.119	9.773	19.662	16.952	68.332

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, vários anos.

Evolução da População nos Municípios do Alto Sertão – 1970 a 2000



Renda mensal domiciliar per capita, tamanho das famílias e importância das transferências na renda, Alto Sertão - 1991 e 2000

Município	Situação do domicílio	Renda mensal domiciliar per capita (R\$ set. 2000)		Participação Transferências		Tamanho da Família	
		1991	2000	1991	2000	1991	2000
<i>Canindé de São Francisco</i>		50,27	52,06	7%	20%	5,1	4,6
<i>Gararu</i>		44,32	47,42	9%	32%	4,9	4,3
<i>Monte Alegre de Sergipe</i>	<i>rural</i>	38,63	47,8	7%	17%	5,2	4,6
<i>Nossa Senhora da Glória</i>		53,87	46,66	6%	35%	4,8	4,6
<i>Poço Redondo</i>		38,07	36,92	11%	22%	5,0	5,0
<i>Porto da Folha</i>		42,2	41,48	11%	30%	5,0	4,7
		<i>urbano</i>	68,46	118,47	12%	17%	4,5
<i>Território</i>	<i>rural</i>	43,87	43,42	9%	26%	5,0	4,7
	<i>total</i>	53,39	75,48	10%	20%	4,8	4,3
	<i>urbano</i>	151,93	203,26	13%	20%	4,4	3,9
<i>Estado</i>	<i>rural</i>	50,74	59,79	11%	27%	4,7	4,3
	<i>total</i>	118,02	162,08	13%	21%	4,5	4,0

Fonte: microdados do Censos Demográficos de 1991 e 2000

Número e Valor Total dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais no Território do Alto Sertão Sergipano – 1996 a 2004

Variável	Benefício e Situação domicílio	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<i>Valor (1)</i>	<i>Previdência Urbana</i>	1.444	1.684	1.906	2.129	2.563	3.159	3.847	5.122	6.107
	<i>Ben. Assistenciais Urbanos</i>	278	789	919	887	1.071	1.402	1.764	2.461	2.907
	<i>Previdência Rural</i>	11.087	10.615	11.436	12.248	13.808	17.223	21.715	30.883	34.768
	<i>Ben. Assistenciais Rurais</i>	589	499	510	503	523	578	597	705	710
<i>Benefícios (2)</i>	<i>Previdência Urbana</i>	683	710	744	786	851	902	1078	1.140	1.224
	<i>Assistenciais Urbanos</i>	391	612	509	572	636	688	855	912	1.012
	<i>Previdência Rural</i>	6.977	6.923	6.937	7.109	7.352	7.768	9.926	10.512	10.658
	<i>Assistenciais Rurais</i>	363	346	326	303	289	264	265	243	225
<i>Total de benefícios</i>		13.397	13.587	14.771	15.767	17.966	22.363	27.923	39.170	44.492
<i>Total de valores</i>		8.414	8.591	8.516	8.770	9.128	9.622	12.124	12.807	13.119

Fonte: Dataprev/Sintese


Desembolsos e empréstimos públicos selecionados, em 2004, no Território do Alto Sertão Sergipano.

Programa, política, despesa governamental (1)	Valor mil R\$
<i>Programas Transferência de Renda 2004 (CEF) (2)</i>	13.559
<i>Previdência Social 2004</i>	
<i>Urbana</i>	9.014
<i>Rural</i>	35.478
<i>Pronaf</i>	
<i>Crédito 2004</i>	21.378
<i>Garantia Safra 2002_03 (desembolsos realizados em 2004)</i>	3.939
<i>Infra-estrutura 2004 (estimativa)</i>	841
<i>Programa de Combate a Pobreza Rural – 2004</i>	39.411
<i>Folha Salarial 2003</i>	7.992
 <i>Total anual</i>	 131.613
 <i>Dispêndio mensal per capita (pop 2000)</i>	 87,43
<i>Dispêndio mensal domiciliar (pop 2000)</i>	386,48
<i>Dispêndio mensal per capita (estimativa pop 2004)</i>	80,29

Tabela 2
Projetos de Assentamento Instalados, Área e Capacidade de Famílias, para períodos selecionados – Alto Sertão Sergipano.

Períodos	Nº Projetos	Capacidade	% pop. rural (1)	Área assentamentos	% área total (2)
<i>1985-1991</i>	5	396	3,3	9.512	2,5
<i>1992-2000</i>	24	1.904	13,0	30.548	8,0
<i>2001-2003</i>	22	655	4,5	18.059	4,7

Fonte: SIPRA-INCRA



Número, Capacidade e Área dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária no Alto Sertão Sergipano, segundo períodos de instalação.

Períodos	Projetos	Capacidade de assentamento (famílias)	Área (ha)
<i>1985-91</i>	5	396	9.512
<i>1996-98</i>	17	1.412	18.328
<i>1999-02</i>	22	1.033	27.054
<i>2003-04</i>	7	114	3.226

Fonte: Superintendência do Incra de Sergipe

